

SUMÁRIO

1. Apresentação	1
2. Informações Gerais – Contexto Operacional.....	1
3. Resumo das Políticas Contábeis.....	1
3.1 Base para a preparação das demonstrações contábeis e notas explicativas	1
3.2 Principais Critérios e Políticas Contábeis	1
3.2.1 Reconhecimento de Ativos	2
3.2.2 Reconhecimento de Passivos.....	4
3.2.3 Reconhecimento de Receitas	5
3.2.4 Reconhecimento de Despesas	6
4. Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis	6
5. Declaração da Contadora.....	7
6. Demonstrações contábeis	8
6.1 Balanço Patrimonial.....	9
6.2 Demonstração das Variações Patrimoniais.....	10
6.3 Balanço Orçamentário.....	12
6.4 Balanço Financeiro.....	13
6.5 Demonstração do Fluxo de Caixa	14
7. Notas explicativas às demonstrações contábeis	15
Nota 1 -Caixa e equivalente de caixa	15
Nota 2 -Demais créditos e valores de curto prazo.....	15
Nota 3 -Estoques.....	16
Nota 4 -Despesas pagas antecipadamente.....	17
Nota 5 -Bens Móveis	18
Nota 6 -Bens Imóveis	19
Nota 7 -Intangível	22
Nota 8 -Obrigações trabalhistas a pagar - curto prazo	22
Nota 9 -Fornecedores.....	23
Nota 10 - Demais Obrigações a Curto Prazo.....	24
Nota 11 - Demais Reservas.....	24
Nota 12 - Resultado do Exercício	25
Nota 13 - Resultado de Exercícios Anteriores	25



Nota 14 - Ajustes de Exercícios Anteriores.....	26
Nota 15 - Outras Transferências e Delegações Recebidas	27
Nota 16 - Valorização de Ganhos c/ ativos e desincorporação de passivos.....	28
Nota 17 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	28
Nota 18 - Pessoal e encargos.....	29
Nota 19 - Benefícios previdenciários e assistenciais	30
Nota 20 - Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo.....	30
Nota 21 - Transferências e delegações concedidas	30
Nota 22 - Desincorporação de ativos.....	30
Nota 23 - Outras variações patrimoniais diminutivas	31
Nota 24 - Resultado Patrimonial do período	31

1. APRESENTAÇÃO

A Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, subordinada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, responsável pela análise e elaboração das Demonstrações Contábeis, cumpre o seu dever constitucional e normativo de dar transparência à sociedade através do presente Relatório Contábil, o qual é parte integrante do Relatório de Gestão do Exercício de 2025.

Esta peça procura desenvolver uma análise detalhada das informações contábeis apresentadas naquele relatório. Busca o uso de uma linguagem de fácil entendimento a todos os cidadãos, dos vários segmentos da sociedade em conjunto com o aprimoramento na apresentação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

A cada ano os Demonstrativos se mostram mais próximos de um valor patrimonial justo na medida em que retrata a adequação às normas contábeis ao tempo em que elas assim exigem. Permanecem refletindo o trabalho desenvolvido por toda a equipe de servidores do Tribunal cujo comprometimento, zelo e atenção com o propósito da instituição são suporte para que as informações contábeis sejam fidedignas e transparentes.

2. INFORMAÇÕES GERAIS – CONTEXTO OPERACIONAL

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) é um órgão público federal, pertencente a um ramo especializado do Poder Judiciário, a Justiça Eleitoral. Sua principal finalidade é organizar e realizar eleições, referendos e plebiscitos no Estado do Paraná, garantindo aos candidatos e eleitores o pleno exercício dos direitos políticos.

Além da sede do Tribunal, localizada na Rua: João Parolin, 224 em Curitiba, capital do Estado, a Justiça Eleitoral do Paraná conta com 186 Zonas Eleitorais, distribuídas em 158 (cento e cinquenta e oito) municípios. Cada Zona Eleitoral é responsável pelo atendimento de 1 ou mais municípios.

Informações sobre as unidades do Tribunal podem ser obtidas em <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/enderecos-e-unidades-tre-pr> e sobre as Zonas em <https://www.tre-pr.jus.br/eleitor/zonas-eleitorais/zonas-eleitorais-tre-pr>.

As principais atividades operacionais são: manutenção do cadastro eleitoral atualizado; organização e realização de eleições, referendos e plebiscitos; processamento e julgamento dos pedidos de registro de candidatura relativos aos cargos de Governador e Vice- Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador e das ações relativas às Eleições Gerais e Municipais; processamento e julgamento das Prestações de Contas apresentadas pelos partidos políticos e candidatos; processamento e julgamento dos crimes eleitorais e comuns que lhe forem conexos, ressalvada a competência originária do Tribunal Superior Eleitoral.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e procedimentos específicos aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis.

3.1 Base para a preparação das demonstrações contábeis e notas explicativas

A contabilidade tem como objetivo a geração de informações de qualidade capazes de satisfazer os usuários no processo de tomada de decisão. No caso da contabilidade aplicada ao setor público, esse objetivo vai além e está intimamente ligado ao conceito *accountability* - prestação de contas e responsabilização, daqueles que administram o patrimônio público.

As demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade. No setor público devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados, fornecendo informações sobre as fontes, as alocações e os usos de recursos financeiros, de como a entidade financiou suas atividades e como supriu suas necessidades de caixa. Também são úteis na avaliação da capacidade de a entidade financiar suas atividades e cumprir com suas obrigações e compromissos

As demonstrações contábeis são organizadas e elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001, e da Lei Complementar nº 101/2000.

Os procedimentos adotados na formação de valor das demonstrações contábeis orientam-se pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP 11ª Edição, no Plano de Contas da União – Pcasp, nos Manuais disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, as chamadas Macrofunções, Portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e/ou pela Secretaria de Orçamento e Finanças e as Orientações da Setorial Contábil do TSE. São executados com zelo e cautela, objetivando assegurar a integridade, fidedignidade e confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

As demonstrações contábeis exigidas para o TRE-PR são:

- Balanço Orçamentário: Compara os valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento.
- Balanço Financeiro: evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra-orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.
- Balanço Patrimonial: evidencia os ativos e passivos do órgão.
- Demonstração das Variações Patrimoniais: demonstra o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

3.2 Principais Critérios e Políticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com os Princípios Contábeis, a Lei nº 4.320/64 Lei Complementar nº101/2000, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCTSP e outras normas (leis, decretos e portarias) vigentes e seguindo as diretrizes contábeis e orçamentárias estabelecidas no MCASP 11ª edição.

As práticas contábeis adotadas estão estruturadas, organizadas e escrituradas tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP Federação, que estabelece os conceitos básicos, as regras para registros dos atos e fatos, a estrutura contábil padronizada e é aplicado a todos os Tribunais Eleitorais.

Quando mais de uma base de mensuração é utilizada na elaboração das demonstrações se faz necessário o esclarecimento dos critérios e o julgamento de suas aplicações quando os montantes afetaram e de que forma as demonstrações foram impactadas.

3.2.1 Reconhecimento de Ativos

Os Ativos são classificados em CIRCULANTE e NÃO CIRCULANTE de acordo com a expectativa de realização e são reconhecidos como Ativos os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Os aspectos de reconhecimento e mensuração estão em conformidade com o disposto na NBC TSP Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as demais NBC TSP aprovadas e publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

- Disponibilidades: são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional.
- Créditos e valores a receber: são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional. Os valores a receber referente ao adiantamento de auxílio alimentação são reconhecidos como despesa pelo regime de competência.
- Estoques: são ativos na forma de materiais ou suprimentos que serão consumidos ou empregados nos serviços técnicos e administrativos antes, durante e após o período eleitoral. São controlados pela Seção de Gestão de Material de Consumo – SGMC. Os registros de entrada são efetuados no sistema Asiweb pelo seu valor original de aquisição e incluem todos os custos incorridos para trazê-los ao local e condições ideais de utilização. As saídas são registradas pelo método do custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº. 4.320/64 e NBC TSP 04.
- Despesas pagas antecipadamente: Os valores pagos antecipadamente com a aquisição de assinaturas de jornais, revistas e, periódicos, contratação de seguros para veículos e imóveis e contratação de serviços técnicos de tecnologia da informação e subscrição de sistemas, são registrados observando os princípios da competência e oportunidade por seu valor original. Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos de despesas antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço ao TRE ocorrerão durante o exercício de 2025. Serão reconhecidas por procedimento automático do sistema SIAFI à medida que incorridas, tendo como base as informações imputadas em cronograma de realização de despesas na apropriação das notas fiscais.
- Imobilizado: é o item tangível que é mantido para o uso administrativo cuja utilização se dá por mais de um exercício. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, ou o valor da construção. Suas atualizações decorrem de: ajustes de depreciação, amortização e reavaliação conforme a característica do bem. O valor líquido contábil do imobilizado é o valor do bem registrado na Contabilidade, em determinada data, deduzido da correspondente depreciação ou amortização. Os registros contábeis estão sistematizados pelo que determina a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) – 07 – Ativo Imobilizado.



- Bens Móveis: Compreende os bens que têm existência material e podem ser transportados por movimento próprio ou removidos sem alteração da sua característica inicial e destinação econômica. O registro inicial é efetuado pelo preço de aquisição acrescido de tributos não recuperáveis e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocá-lo em funcionamento. São depreciados mensalmente em percentuais sobre valores compatíveis com a vida útil do bem
- Bens Imóveis: Compreende os bens vinculados ao terreno (solo) que não podem ser retirados do local sem alteração de sua característica inicial. Os bens imóveis do ativo imobilizado dividem-se em duas categorias:
 - 1) Registrados no SPIUNET: tiveram o cadastramento inicial realizado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) a qual não se aproveita do custo efetivo da construção da obra, por utilizar parâmetros próprios de avaliação e análise de preço em seus registros. A reavaliação ou atualização dos valores destes imóveis é realizada a partir do sistema SPIUNET mediante o preenchimento de informações pela Coordenadoria de Material e Patrimônio com base nos parâmetros de mercado e do sistema.
 - 2) Não registrados no SPIUNET: estão demonstrados pelo custo histórico efetivo da construção da obra, ou pelo valor da base de cálculo do ITBI como é o caso dos terrenos recebidos em doação das prefeituras municipais.
- Depreciação: É a perda de valor de um bem decorrente de seu uso, do desgaste natural ou de sua obsolescência.

Para os bens móveis a metodologia de cálculo da depreciação é a das quotas constantes, calculadas sobre valores compatíveis com a vida útil do bem, em percentuais aplicados uniformemente. A vida útil econômica e o valor residual utilizado para os bens são os constantes na tabela da Macrofunção SIAFI 02.03.30 – Depreciação, amortização e exaustão. Há exceção para as urnas eletrônicas cujo índice foi indicado pela Coordenadoria de Patrimônio do Tribunal Superior Eleitoral – TSE a qual determinou que a vida útil das urnas é de 10 anos com residual de valor de 10%, portanto o percentual de taxa da depreciação é de 10% calculados sobre 90% do valor de aquisição. A depreciação dos bens móveis é calculada pelo sistema Asiweb e os valores são lançados no sistema SIAFI pela Seção de Gestão do Patrimônio. É reconhecida no resultado como variação patrimonial diminutiva, e, no Balanço Patrimonial, representada em conta redutora do ativo não-circulante.

Já a depreciação dos bens imóveis é calculada mensalmente pela Secretaria do Patrimônio da União a qual disponibiliza planilha de valores para a Coordenadoria de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – CCONT/STN efetuar o registro no SIAFI. Para os imóveis registrados no SPIUNET, o cálculo da depreciação é realizado conforme orientações da Auditoria Interna, segundo fórmula da SPU, e os valores lançados pela Setorial Contábil.

Excetuado o imóvel ocupado pela Usina Fotovoltaica de Paranaíba, todos os imóveis do Tribunal foram reavaliados no ano de 2024 e seus valores refletem o valor de mercado à época do laudo de avaliação (Ver Nota 6).
- Intangíveis: É um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. O registro inicial é efetuado pelo preço de aquisição acrescido de tributos não recuperáveis e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocá-lo em funcionamento. São

amortizados mensalmente em percentuais sobre valores compatíveis com a vida útil do bem. No Tribunal Regional Eleitoral do Paraná são adquiridos apenas intangíveis na categoria “Softwares”. Classificam-se em:

- 1) Vida útil indefinida: Atribui-se vida útil indefinida a um intangível, quando não existe um limite previsível para o período de tempo que poderá ser utilizado. O termo “indefinida” não significa “infinita”. A indicação se os softwares adquiridos têm vida útil indefinida é de responsabilidade da área técnica de informática e/ou do gestor do contrato de aquisição do software;
 - 2) Vida útil definida: Atribui-se vida definida o período de tempo ao qual o software poderá ser utilizado. Ficou estabelecido que a indicação da vida útil é de responsabilidade da área técnica de informática e/ou do gestor do contrato de aquisição do software. Os intangíveis, assim classificados, são amortizados mensalmente com percentual definido em função do tempo de utilização.
- **Amortização:** É a alocação sistemática do valor amortizável do ativo intangível ao longo da sua vida útil. Para os ativos classificados com vida útil definida iniciam-se a partir do momento em que o bem estar disponível para uso e cessa na data em que estiver totalmente amortizado pois não há valor residual. O valor é calculado mensalmente pelo sistema ASIWeb e registrado no SIAFI pela Seção de Gestão do Patrimônio. É reconhecida no resultado em conta de variação patrimonial diminutiva em contrapartida a uma conta retificadora do ativo intangível.

3.2.2 Reconhecimento de Passivos

A classificação se dá pela exigibilidade das obrigações, sendo dividido em Circulante e Não Circulante. Passivos, são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

- **Passivos circulantes:** são obrigações derivadas de contrato de serviços e/ou materiais e de valores relativos à folha de pagamento dos servidores ativos, inativos, pensionistas, removidos, requisitados e magistrados. São reconhecidos pelo regime de competência, com base de mensuração pelo seu valor histórico.
- **Gratificação natalina:** corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor faz jus no mês de dezembro, por mês ou fração superior a 15 (quinze) dias de exercício no respectivo ano. Os duodécimos de gratificação natalina são apropriados mensalmente, por competência obedecendo as orientações contidas na Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento e a Orientação Sof/TSE nº 10/2018. A base de valores para os registros advém de relatório, denominado SGRH, emitido pela Seção de Folha de Pagamento.
- **Férias:** período de descanso anual que deve ser concedido ao servidor pelo período de 30 dias consecutivos, ou não. Apenas no primeiro ano de efetivo exercício o servidor está condicionado ao cumprimento do chamado “período aquisitivo” de 12 meses. Decorrido este tempo o servidor pode solicitar suas férias a partir do primeiro dia útil de janeiro do ano corrente.

Conforme determina a Constituição Federal, o servidor faz jus ao adicional de 1/3 de sua remuneração a título de abono de férias.

A remuneração do servidor, no período em que usufrui férias, não tem rubrica, natureza de despesa e variação patrimonial diminutiva específica, impossibilitando a separação da

remuneração dos servidores em atividade, daqueles em gozo de férias. Para tanto a Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento e a Orientação Sof/TSE nº 10/2018, estabelecem as regras para a determinação destes valores.

Os duodécimos de férias, acrescidos de 1/3, são apropriados mensalmente por competência, obedecendo as orientações contidas na Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento e a Orientação Sof/TSE nº 10/2018. A base de valores para os registros advém de relatório, denominado SGRH, emitido pela Seção de Folha de Pagamento.

- Passivo anterior: refere-se a uma despesa não processada em época própria. Seu reconhecimento é oriundo desse não processamento e se caracteriza por não possuir dotação orçamentária. Dependem de autorização expressa do Ordenador de Despesas para seu registro contábil. São lançadas em conta de passivo indicador de superávit financeiro igual a “permanente” - ISF P em contrapartida a Ajustes de Exercícios Anteriores. A despesa se concretiza somente após comprovada e com suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la. É vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida autorização e disponibilidade.

No momento da execução da despesa orçamentária, o empenho é emitido com acionamento do comando “passivo anterior - Sim”. Neste momento o saldo do passivo anterior será baixado em contrapartida a um passivo com ISF F.

As regras específicas dos registros estão contempladas na Macrofunção SIAFI – 02.11.40 – Reconhecimento de Passivos.

- Ajustes de Exercícios Anteriores: são registros efetuados no grupo do Patrimônio Líquido em decorrência de efeitos da mudança de política contábil, retificação de erro imputável a exercícios anteriores que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

As políticas contábeis são os princípios, as bases, as convenções, as regras e as práticas específicas aplicados na apresentação de demonstrações contábeis.

Os erros de períodos anteriores são omissões e incorreções nas demonstrações contábeis de um ou mais períodos anteriores decorrentes da falta de uso, ou uso incorreto, de informação confiável que: a) estava disponível quando da autorização para a publicação das demonstrações contábeis desses períodos; e b) pudesse ter sido obtida com relativa facilidade e levada em consideração na elaboração e na apresentação dessas demonstrações contábeis.

As regras específicas dos registros estão contempladas na Macrofunção SIAFI– 02.11.41 – Ajustes de Exercícios Anteriores.

3.2.3 Reconhecimento de Receitas

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná não tem fonte própria de receita. Suas despesas são liquidadas utilizando-se de sub-repasses financeiros recebidos mensalmente pelo Tribunal Superior Eleitoral.

As receitas advindas de recolhimento de multas eleitorais sejam por eleitores e/ou partidos políticos, são registradas em conta específica e por procedimento automático, imediatamente, repassados ao Fundo Partidário tendo em vista a regra previamente estabelecida no sistema SIAFI. Portanto, possuem registros na contabilidade, mas não se somam às disponibilidades do órgão.

3.2.4 Reconhecimento de Despesas

As Despesas são escrituradas e registradas sob dois aspectos:

- aspecto patrimonial: se utiliza como critério para o reconhecimento das despesas o impacto da situação líquida patrimonial, sendo efetiva, aquela despesa que altera a situação líquida do patrimônio, diminuindo-o como é o caso das despesas correntes ou despesa para fins contábeis, baseado no princípio contábil da Competência e Oportunidade. E não efetiva, aquela despesa que não altera a situação líquida patrimonial a exemplo de despesas que representam a incorporação de um Ativo como é o caso das despesas de capital.
- aspecto orçamentário: o critério de escrituração e registro das despesas ou dispêndios orçamentários, como são chamados, obedece ao art. 35 II da Lei nº. 4.320/64: Pertencem ao Exercício Financeiro: II - As despesas nele empenhadas.

Restos a Pagar (RP): Sob o aspecto orçamentário o ato de emissão do empenho constitui a despesa orçamentária, gerando os registros contábeis correspondentes para o seu reconhecimento. Para efeito do encerramento do exercício financeiro é considerada a definição de pertencimento ao exercício de competência da despesa para apropriação e classificação da despesa, identificando as regras que estabelecem a apuração das despesas que serão pagas no exercício seguinte.

4. CONFORMIDADE CONTÁBIL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná registra os lançamentos contábeis apenas de sua Unidade Gestora, a UG 070019 e exerce função de Setorial Contábil. A responsabilidade pela análise e validação das Demonstrações Contábeis fica a cargo da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, vinculada à Secretaria de Orçamento Finanças e Contabilidade, cuja titular é a servidora Cecília Maria Wosch Crisóstimo (Analista Judiciária – Área Administrativa). As atribuições da Coordenadoria estão previstas no art. 91 da Resolução 829/2019 (<http://www.tre-pr.jus.br/legislacao/resolucoes-do-tre-pr/resolucoes-tre-pr>).

A responsável pelo registro da conformidade contábil desde 15/10/14 é exercida pela servidora Angela Cristiane Sosnowski Cardoso (CRC/PR 032635/O-4). A servidora, lotada na Assistência Setorial Contábil, subordinado à Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, ocupa o cargo de Analista Judiciária – Especialidade Contabilidade – FC 06.

Os procedimentos adotados baseiam-se: nas NBC TSPs - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público que lhe sejam aplicáveis, no MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 11º edição, no PcasP - Plano de Contas da União, nos Manuais disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, as chamadas Macrofunções. Também são atendidas as orientações, portarias, ofícios e/ou informações prestadas pela Setorial Contábil do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Ressalta-se que “Todas as atividades, têm como objetivo assegurar a integridade, fidedignidade e confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).”

Durante o ano de 2025 as atividades contábeis foram focadas, em especial, na continuidade do atendimento de demandas advindas da publicação da Instrução Normativa nº 84 de 22/04/2020 expedida pelo Tribunal de Contas da União.

Todas as ações derivadas da IN nº 84 – TCU permanecem sob a coordenação da Seção de Auditoria e Governança que solicita esclarecimentos através de diligências, em processos com temas específicos.

Desta forma, as Demonstrações Contábeis referente ao exercício de 2025, refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Eleitoral do Paraná – TRE-PR visto que:

- ✓ Todos os ativos, passivos e elementos do patrimônio líquido registrados existem e são da entidade.
- ✓ Todos os eventos registrados, de fato, ocorreram.
- ✓ Foram registrados todos os eventos que deveriam estar lançados bem como Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido.
- ✓ Os direitos e obrigações são todos controlados.
- ✓ Ativos, passivos e itens do patrimônio líquido estão incluídos nas demonstrações contábeis, nos valores apropriados e quaisquer ajustes resultantes de valorização e alocação estão adequadamente registrados.
- ✓ Os eventos estão registrados em contas corretas.
- ✓ Não há inconsistências ou desequilíbrios nas Demonstrações Contábeis.
- ✓ Não há contas contábeis com saldo invertidos.
- ✓ Não houve restrições relativas à Conformidade de Gestão durante o ano de 2025.
- ✓ Não há comprometimento na qualidade das informações contábeis, pois são observadas as orientações, os instrumentos de análise disponíveis no SIAFI e outros mecanismos colocados à disposição dos contadores da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade – CFIC.

5. DECLARAÇÃO DA CONTADORA

DECLARAÇÃO DA CONTADORA			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná		070019	
<p>Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2025 da Unidade Gestora 070019. Ela reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas na data referida e está pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.</p> <p>As demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2025, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP Edição o Manual SIAFI e demais normas aplicáveis.</p>			
Local	Curitiba	Data	28/02/2026
Contadora Responsável	Angela Cristiane Sosnowski Cardoso	CRC nº	PR -032635/O-4

6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, quais sejam: Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 11ª ed.– MCASP e Manual SIAFI. São elas:

Balanço Patrimonial: evidencia ativos e passivos do órgão.

Demonstração das Variações Patrimoniais: demonstra o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Balanço Orçamentário: compara os valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento.

Balanço Financeiro: evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.



6.1 Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL EM REAIS									
ATIVO	NE	2025	2024	AH	PASSIVO	NE	2025	2024	AH
CIRCULANTE		28.926.066,48	13.324.292,38		CIRCULANTE		26.027.492,04	23.639.548,55	
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	3.931.310,23	325.810,23	1106,63%	Obrigações Trabalhistas	8	25.751.080,26	23.434.464,29	9,89%
Demais Créditos e Valores a Curto	2	1.827.597,67	1.522.803,46	20,02%	Fornecedores	9	2.341,60	2.341,60	0,00%
Estoques	3	11.228.801,55	3.562.962,76	215,15%	Demais Obrigações	10	274.070,18	202.742,66	35,18%
VPD's Pagas Antecipadamente	4	11.938.357,03	7.912.715,93	50,88%					
NÃO CIRCULANTE		551.847.045,61	558.398.064,60		NÃO CIRCULANTE		23.537,09	23.537,09	
Imobilizado		548.784.101,48	555.212.978,21		Demais Obrigações		23.537,09	23.537,09	0,00%
Bens Móveis	5	249.938.961,64	246.096.709,17	1,56%					
(-) Depreciação de Bens Móveis		(109.936.228,76)	(93.126.744,09)	18,05%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		554.722.082,96	548.059.271,34	
Bens Imóveis	6	409.453.673,58	402.723.064,84	1,67%	Demais Reservas	11	194.058.325,66	182.446.779,59	6,36%
(-) Depreciação de Bens Imóveis		(672.304,98)	(480.051,71)	40,05%	Resultados Acumulados		360.663.757,30	365.612.491,75	-1,35%
Intangível	7	3.062.944,13	3.185.086,39		Resultado do Exercício	12	- 17.511.122,58	17.359.864,27	-200,87%
Softwares		5.641.003,74	4.806.070,83	17,37%	Resultados Anteriores	13	365.612.491,75	253.748.639,34	44,08%
(-) Amortização acumulada softwares		(2.578.059,61)	(1.620.984,44)	59,04%	Ajustes de Exercícios Anteriores	14	12.562.388,13	94.503.988,14	-86,71%
TOTAL DO ATIVO		580.773.112,09	571.722.356,98		TOTAL DO PASSIVO		580.773.112,09	571.722.356,98	

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES							
ATIVO	2024	AH	PASSIVO	2025	2024	AH	
ATIVO FINANCEIRO	3.931.310,23	325.810,23	1106,63%	PASSIVO FINANCEIRO	13.565.151,53	10.175.759,06	33,31%
ATIVO PERMANENTE	576.841.801,86	571.396.546,75	0,95%	PASSIVO PERMANENTE	25.736.110,12	23.421.289,18	9,88%
				SALDO PATRIMONIAL	541.471.850,44	538.125.308,74	

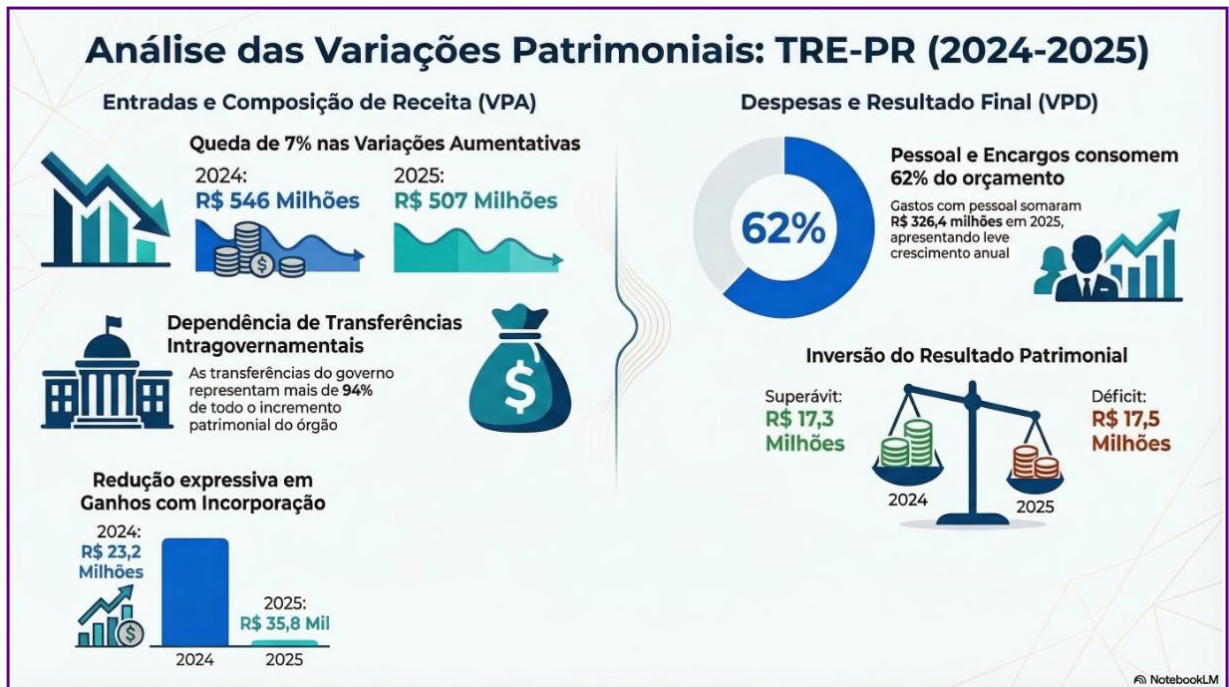
ATIVO	2025	2024	AH	PASSIVO	2025	2024	AH
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS	4.368.660,56	4.553.947,40		SALDO ATOS POTENCIAIS	258.707.755,52	214.833.748,09	
Atos Potenciais Ativos	4.368.660,56	4.553.947,40	-4,07%	Atos Potenciais Passivos	258.707.755,52	214.833.748,09	20,42%
TOTAL	4.368.660,56	4.553.947,40		TOTAL	258.707.755,52	214.833.748,09	

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		SUPERAVIT/DEFICIT
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		
Recursos Não Ordinários		-4.968.565,69
Recursos Vinculados		-4.665.275,61
Previdência Social (RPPS)		0,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		-4.665.275,61
TOTAL		-9.633.841,30



6.2 Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - VPA	NE	2025	2024
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Taxas			
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos			
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	8.112,81
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		101.639,06	57.157,95
Juros e Encargos de Mora		101.639,06	57.157,95
Transferências e Delegações Recebidas	15	498.265.064,15	513.142.672,32
Transferências Intragovernamentais		477.182.634,11	505.032.006,13
Outras Transferências e Delegações Recebidas		21.082.430,04	8.110.666,19
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação		35.886,91	23.252.399,67
Reavaliação de Ativos			-
Ganhos com Incorporação de Ativos	16	35.886,61	23.227.097,93
Ganhos com Desincorporação de Passivos		0,30	25.301,74
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	17	9.443.139,06	9.585.283,98
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		9.443.139,06	9.585.283,98
Multas código eleitoral			
Outras		9.443.139,06	9.585.283,98
TOTAL VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS -		507.845.729,18	546.045.626,73
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - VPD	NE	2025	2024
Pessoal e Encargos	18	326.431.383,62	320.945.124,83
Remuneração a Pessoal		257.518.180,44	260.482.675,89
Encargos Patronais		48.024.202,08	42.800.322,47
Benefícios a Pessoal		20.889.001,10	17.662.126,47
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e			-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	19	65.915.279,41	61.614.707,27
Aposentadorias e Reformas		53.515.019,30	49.941.178,84
Pensões		12.295.154,69	11.644.948,12
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		105.105,42	28.580,31
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	20	98.587.693,39	124.463.712,23
Uso de Material de Consumo		2.590.188,45	4.944.970,59
Serviços		75.514.149,48	102.806.008,07
Depreciação, Amortização e Exaustão		20.483.355,46	16.712.733,57
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		3.475,06	7.672,04
Juros e Encargos de Mora		1.188,57	542,71
Descontos Financeiros Concedidos		2.286,49	7.129,33
Transferências e Delegações Concedidas	21	5.388.205,79	17.049.603,91
Transferências Intragovernamentais		4.342.571,70	7.771.640,74
Outras Transferências e Delegações Concedidas		1.045.634,09	9.277.963,17
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação	22	28.631.990,81	3.923.163,86
Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas			-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e			
Perdas Involuntárias		48.779,27	3.766,31
Incorporação de Passivos			
Desincorporação de Ativos		28.583.211,54	3.919.397,55
Tributárias		117.216,65	112.783,17
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		22.324,46	29.533,88
Contribuições		94.892,19	83.249,29
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	23	281.607,03	568.995,15
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		525.356.851,76	528.685.762,46
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO = VPA -	24	(17.511.122,58)	17.359.864,27



6.3 Balanço Orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO						
RECEITA						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
DEFICIT			480.903.367,45	480.903.367,45		
TOTAL	-	-	480.903.367,45	480.903.367,45		
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS						
Créditos cancelados		41.867.838,00		-41.867.838,00		
DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	431.504.137,00	465.330.957,00	467.948.420,07	462.555.186,56	462.517.061,46	(2.617.463,07)
Pessoal e Encargos Sociais	347.025.137,00	372.266.189,00	367.358.445,66	365.727.869,55	365.727.067,33	4.907.743,34
Outras Despesas Correntes	84.479.000,00	93.064.768,00	100.589.974,41	96.827.317,01	96.789.994,13	(7.525.206,41)
DESPESAS DE CAPITAL	2.000.000,00	10.141.018,00	12.954.947,38	5.143.189,40	5.123.189,40	(2.813.929,38)
Investimentos	2.000.000,00	10.141.018,00	12.954.947,38	5.143.189,40	5.123.189,40	(2.813.929,38)
TOTAL	433.504.137,00	475.471.975,00	480.903.367,45	467.698.375,96	467.640.250,86	(5.431.392,45)
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM	INSCRITOS 31 DE	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.036,75	8.299.142,10	7.568.890,53	7.504.671,72	686.047,29	109.459,84
Pessoal e Encargos Sociais	-	4.013.852,35	3.575.050,05	3.575.050,05	438.802,30	-
Outras Despesas Correntes	1.036,75	4.285.289,75	3.993.840,48	3.929.621,67	247.244,99	109.459,84
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.633.783,75	1.619.630,70	1.619.630,70	14.153,05	0,00
Investimentos	-	1.633.783,75	1.619.630,70	1.619.630,70	14.153,05	0,00
TOTAL	1.036,75	9.932.925,85	9.188.521,23	9.124.302,42	700.200,34	109.459,84
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES	66.427,44	119.227,29	50.495,58	-	135.159,15	
Pessoal e Encargos Sociais	-	15.516,71	-	-	15.516,71	
Outras Despesas Correntes	66.427,44	103.710,58	50.495,58	-	119.642,44	
DESPESAS DE CAPITAL	7.974,00	22.357,50	11.125,50	-	19.206,00	
Investimentos	7.974,00	22.357,50	11.125,50	-	19.206,00	
TOTAL	74.401,44	141.584,79	61.621,08	-	154.365,15	

Balanço Orçamentário 2025: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR)

Este infográfico resume o desempenho orçamentário do TRE-PR em 2025, com foco no volume total de despesas empenhadas e na predominância dos gastos com pessoal.

Execução Orçamentária Total

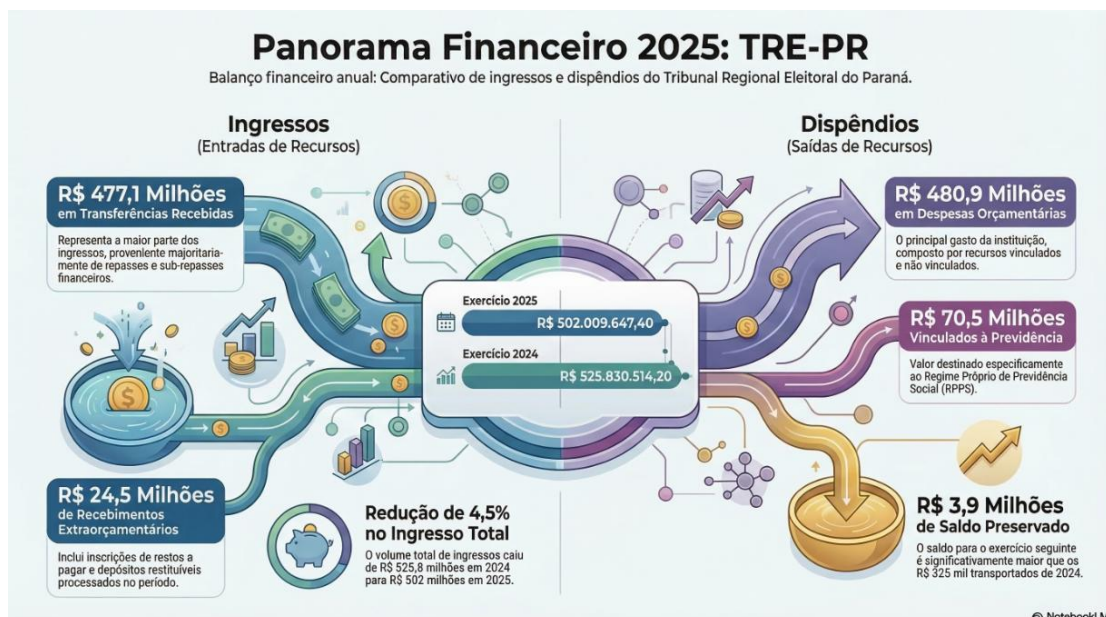


Composição das Despesas



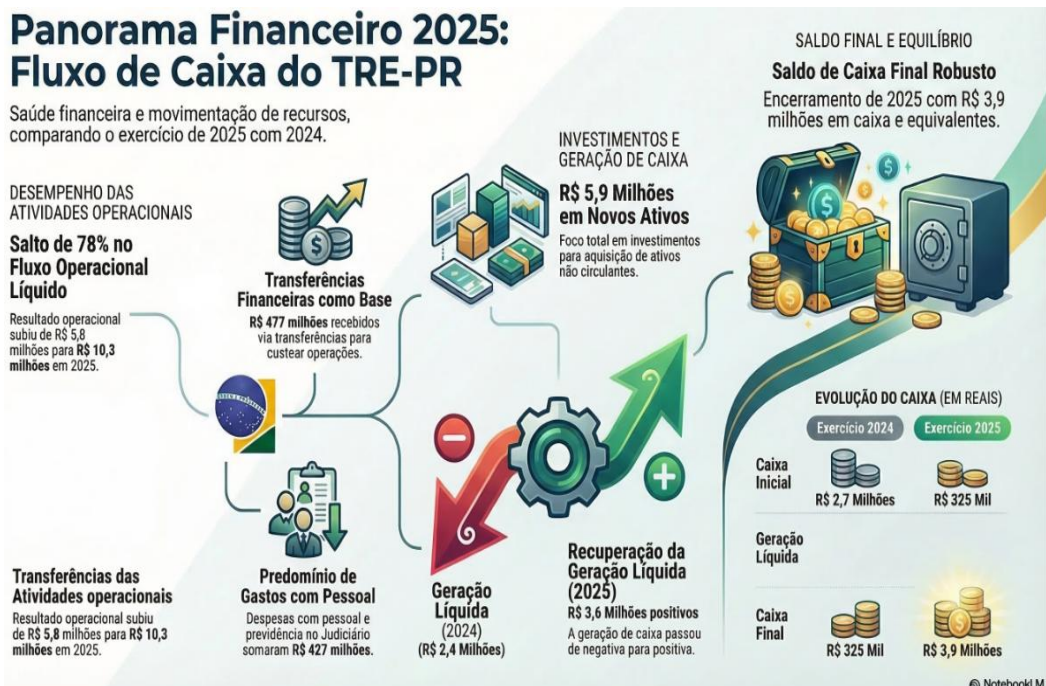
6.4 Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO EM REAIS			
INGRESSOS	2025	2024	AH
Transferências Financeiras Recebidas	477.182.634,11	505.013.979,75	
Resultantes da Execução Orçamentária	467.873.577,51	495.987.579,47	
Repasso Recebido	40.320,00		
Sub-repasso Recebido	467.833.257,51	495.987.579,47	-5,68%
Independentes da Execução Orçamentária	9.309.056,60	9.026.400,28	3,13%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	9.230.957,25	3.236.480,96	185,22%
Demais Transferências Recebidas	15.221,62	161,22	9341,52%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	62.877,73	5.789.758,10	-98,91%
Recebimentos Extraorçamentários	24.501.203,06	18.111.199,13	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	58.125,10	124.735,06	-53,40%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	13.204.991,49	9.932.925,85	32,94%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	336.941,40	316.131,41	6,58%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	10.901.145,07	7.737.406,81	40,89%
Ordens bancárias não sacadas - Cartão de Pagamento	12.399,72		
Arrecadação de Outra Unidade	7.308.443,57	7.737.406,81	-5,54%
Demais Recebimentos	3.580.301,78		
Saldo do Exercício Anterior	325.810,23	2.705.335,32	
Caixa e Equivalentes de Caixa	325.810,23	2.705.335,32	-87,96%
TOTAL INGRESSOS	502.009.647,40	525.830.514,20	
DISPÊNDIOS	2025	2024	AH
Despesas Orçamentárias	480.903.367,45	502.830.723,94	
Recursos não vinculados	410.310.023,65	439.448.529,59	-6,63%
Vinculadas	70.593.343,80	63.382.194,35	
Seguridade Social (Exceto Previdência)			
Previdência Social (RPPS)	61.554.931,31	58.063.354,69	6,01%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	9.038.412,49	5.318.839,66	69,93%
Transferências Financeiras Concedidas	7.652.104,82	7.771.640,74	
Repasso Concedido	3.809,44	12.529,44	-69,60%
Independentes da Execução Orçamentária	7.648.295,38	7.759.111,30	
Movimento de Saldos Patrimoniais	7.648.295,38	7.759.111,30	-1,43%
Pagamentos Extraorçamentários	9.522.864,90	14.902.339,29	
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	61.621,08	70.757,85	-12,91%
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	9.124.302,42	8.733.088,83	4,48%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	336.941,40	348.304,16	-3,26%
Outros pagamentos		5.750.188,45	-100,00%
Saldo para o Exercício Seguinte	3.931.310,23	325.810,23	
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.931.310,23	325.810,23	1106,63%
TOTAL DISPÊNDIOS	502.009.647,40	525.830.514,20	



6.5 Demonstração do Fluxo de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
	2025	2024
Fluxo de caixa da atividade operacional		
Ingressos	488.408.320,86	513.067.517,97
Outros Ingressos Operacionais	488.408.320,86	513.067.517,97
Ingressos Extraorçamentários	336.941,40	316.131,41
Transferências Financeiras Recebidas	477.182.634,11	505.013.979,75
Arrecadação de Outra Unidade	7.308.443,57	7.737.406,81
Demais Recebimentos	3.580.301,78	
Desembolsos	-478.048.875,26	-507.245.597,89
Pessoal e Demais Despesas	-427.083.898,93	-451.830.100,18
Judiciário	-360.700.373,91	-389.197.095,94
Previdência Social	-66.347.792,23	-62.565.628,65
Encargos Especiais	-48.132,51	-67.375,59
(+/-) Ordens bancárias não sacadas - Cartão Pgto	12.399,72	
Transferências Concedidas	-42.975.930,11	-41.545.364,36
Intragovernamentais	-42.975.930,11	-41.545.364,36
Outros Desembolsos Operacionais	-7.989.046,22	-13.870.133,35
Dispêndios Extraorçamentários	-336.941,40	-348.304,16
Transferências Financeiras Concedidas	-7.652.104,82	-7.771.640,74
Demais pagamentos		-5.750.188,45
Total do fluxo de caixa das atividade operacional	10.359.445,60	5.821.920,08
Fluxo de caixa da atividade de investimento		
DESEMBOLSOS	- 6.753.945,60	- 8.201.445,17
Aquisição de Ativo Não Circulante	-5.915.940,70	-7.876.385,17
Outros Desembolsos de Investimentos	-838.004,90	-325.060,00
Total do fluxo de caixa da atividade de investimento	- 6.753.945,60	- 8.201.445,17
Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa	3.605.500,00	-2.379.525,09
Caixa e equivalente de caixa inicial	325.810,23	2.705.335,32
Caixa e equivalente de caixa final	3.931.310,23	325.810,23



7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis. Apresentam informações adicionais que as demonstrações por si só não revelam. Compreendem as informações sobre os principais fatores relacionados ao desempenho e aos resultados do órgão durante o exercício e as premissas que os corroboram, sendo evidenciadas pelo contexto da entidade e seu ambiente operacional.

No setor público passaram a ser exigidas a partir do processo de convergência da Contabilidade Aplicada ao Setor Público aos padrões internacionais em 2008, quando as definiram como parte integrante das demonstrações à medida que trazem informações adicionais relevantes, complementares ou suplementares às DCASP.

As notas explicativas têm como objetivo facilitar a compreensão das Demonstrações Contábeis pelos usuários da informação e da sociedade de forma geral, para que ocorra o entendimento, no contexto adequado, das informações orçamentárias, financeiras, patrimoniais, legais, fiscais, sociais e de desempenho.

Nota 1 - Caixa e equivalente de caixa

Caixa e Equivalentes		
Ano	2025	2024
Limite de saque com vinculação pagamento	3.907.773,14	302.273,14
Demais contas - Caixa Economica Federal	23.537,09	23.537,09
Total	3.931.310,23	325.810,23

Compõe-se do somatório dos valores em caixa e equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. São as disponibilidades de recursos financeiros do Tribunal para pagamentos diversos.

O saldo do limite de saque com vinculação de pagamentos refere-se a recursos advindos de sub-repasses enviados pelo Tribunal Superior Eleitoral. Os recursos são recebidos pelo TRE-PR conforme programação financeira enviada mensalmente pela Coordenadoria de Finanças e Contabilidade ao Órgão Superior e são divididas por fonte, ou seja, para cada forma de pagamento há uma vinculação com o recurso que será utilizado.

As demais contas referem-se às cauções depositadas em garantia relativas à cessão de uso do restaurante do TRE-PR e ao contrato de empresa especializada em assessoria às planilhas de formação de custos. Os valores são geridos pela Caixa Econômica Federal e não se confundem com os do TRE, pois serão resgatados pelos contratados após o término da vigência de seus contratos

Nota 2 - Demais créditos e valores de curto prazo

Demais créditos e valores a curto prazo		
Ano	2025	2024
Adiantamentos concedidos	1.827.597,67	1.522.803,46
Total	1.827.597,67	1.522.803,46

Os valores "adiantamentos concedidos" representam os registros contábeis relacionados aos pagamentos adiantados, em dezembro de 2025, aos servidores, ou seja, são valores que o TRE-PR pagou antecipadamente em duas situações principais: a) Antecipação de salários para aqueles que sairão de férias em janeiro de 2026 no total de R\$ 337.720,11 e b) Adiantamento de auxílio alimentação do mês de janeiro de 2026 no montante de R\$ 1.475.877,56. Os registros são efetuados em atendimento ao contido na Macrofunção SIAFI 02.11.40 – Folha de pagamento.

Nota 3 - Estoques

Os estoques compreendem os materiais adquiridos para consumo nas atividades administrativas e operacionais deste Tribunal. São mensurados pelo valor original de aquisição, utilizando-se o método do custo médio ponderado para a avaliação das saídas, em estrita observância ao art. 106 da Lei nº 4.320/64 e à NBC TSP 04 – Estoques.

O saldo total de estoques encerrou o exercício de 2025 em R\$ 11.228.801,55, apresentando uma variação significativa em relação ao ano anterior. Abaixo, detalhamos a movimentação por conta contábil.



Conta contábil	AV	AH	Saldo em 31/12/2025	Entradas	Saídas	Saldo em 31/12/2024
Material de tic - material de consumo	78,70%	1036%	8.837.575,15	8.754.102,98	769.820,01	853.292,18
Material elétrico e eletrônico	6,16%	103%	691.357,88	343.000,78	323.629,41	671.986,51
Material de expediente	3,95%	88%	443.147,46	50.640,85	110.808,14	503.314,75
Material p/ manut.de bens imóveis/instalações	2,94%	77%	330.679,81	191.386,39	290.162,63	429.456,05
Material de acondicionamento e embalagem	2,55%	94%	286.665,53	51.718,18	71.444,34	306.391,69
Material de proteção e segurança	1,87%	88%	209.890,66	14.332,39	43.717,04	239.275,31
Bandeiras, flamulas e insígnias	1,02%	81%	114.638,94	5.613,66	32.079,94	141.105,22
Material de limpeza e prod. De higienização	0,64%	95%	71.744,83	152.076,41	156.180,95	75.849,37
Material p/ áudio, vídeo e foto	0,42%	90%	46.633,16	3.281,83	8.750,90	52.102,23
Material p/ manutenção de bens moveis	0,36%	45%	40.224,89	79.569,78	129.019,74	89.674,85
Material de copa e cozinha	0,36%	61%	40.114,61	2.084,94	28.271,74	66.301,41
Uniformes, tecidos e aviamentos	0,27%	87%	30.863,86	459,26	5.084,31	35.488,91
Gêneros de alimentação	0,24%	217%	26.772,90	129.923,23	115.504,66	12.354,33
Material de sinalização visual e outros	0,20%	89%	22.521,73	4.493,71	7.291,72	25.319,74
Material p/ utilização em gráfica	0,19%	61%	21.453,94	13.115,97	26.550,00	34.887,97
Ferramentas	0,09%	90%	9.779,61	2.054,00	3.154,50	10.880,11
Gás e outros materiais engarrafados	0,04%	83%	4.735,29	0,00	992,10	5.727,39
Material para comunicações	0,00%	20%	1,30	0,00	5,20	6,50
Material técnico p/ seleção e treinamento	0,00%	0%	0,00	0,00	8.944,57	8.944,57
Combustíveis e Lubrif. P/ outras finalidades	0,00%	0%	0,00	0,00	361,01	361,01
Material odontológico	0,00%	0%	0,00	1.940,51	2.154,03	213,52
Sementes, mudas de plantas e insumos			0,00	19.821,23	19.850,37	29,14
Combustíveis e Lubrificantes automotivos				489.912,62	489.912,62	
Gás e outros materiais engarrafados				18.449,45	18.449,45	
Material farmacológico				29.617,83	29.617,83	
Material p/ festividades e homenagens				49.892,65	49.892,65	
Material para divulgação				1.014,19	1.014,19	
Material hospitalar				177,51	177,51	
Material químico				82,75	82,75	
Material farmacológico				1.585,00	1.585,00	
	100,0%		11.228.801,55	10.410.348,10	2.744.509,31	3.562.962,76

Como evidenciado na tabela anterior, a conta de Material de TIC apresentou um crescimento atípico de 1.036%.

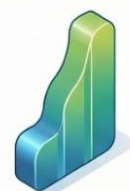
Este incremento não decorre de novas aquisições (desembolso financeiro), mas sim da reversão de materiais de consumo (mídias de resultados das urnas eletrônicas) enviados aos Fóruns Eleitorais em exercícios anteriores. Por solicitação da Comissão GTURNAS 2025, esses itens, que serão reutilizados nas eleições futuras, retornaram ao estoque para melhor avaliação técnica.

A entrada não envolveu execução orçamentária ou financeira.

O registro foi realizado em contrapartida ao Patrimônio Líquido (Ajustes de Exercícios Anteriores), garantindo a neutralidade no resultado (DVP) do exercício atual, conforme as normas de contabilidade aplicada ao setor público.

Para garantir a fidedignidade dos saldos apresentados, a Assistência Setorial Contábil – ASCONT, realiza mensalmente a conciliação entre: RMMA: Relatório de Movimentação de Materiais de Almoxarifado e o SIAFI: Saldos das contas contábeis do sistema oficial.

Eventuais divergências são saneadas antes do fechamento de cada mês, assegurando que o saldo em 31/12/2025 reflita com precisão a realidade física dos materiais disponíveis.

Destaque: Variação em Materiais de TIC


Salto de 1.036% no exercício

A conta de TIC apresentou o maior crescimento relativo de todo o balanço patrimonial.


Natureza Extraorçamentária

O aumento deve-se à devolução de baterias de urnas eletrônicas via entradas extraorçamentárias.


Impacto Nulo no Resultado

Esta movimentação patrimonial específica não gera impacto no resultado financeiro do exercício.

Nota 4 - Despesas pagas antecipadamente

Documento origem	Fornecedor do serviço	Apropriação	Realização	Saldo
2024NF000957	3F LTDA	23.976,00	17.327,00	6.649,00
2022NP002154	APPROACH TECNOLOGIA LTDA	594.020,00	577.520,00	16.500,00
2023NF001777	APPROACH TECNOLOGIA LTDA	339.900,00	226.600,08	113.299,92
2024NP001819	APPROACH TECNOLOGIA LTDA	2.822.250,00	1.115.833,98	1.706.416,02
2025NF001752	APPROACH TECNOLOGIA LTDA	1.618.808,36	895.289,59	723.518,77
2025NP001753	APPROACH TECNOLOGIA LTDA	2.163.951,00	1.200.662,07	963.288,93
2025NF001629	BRA SOFTWARE INFORMATICA LTDA	108.448,00	3.414,10	105.033,90
2025NP001076	DFTI - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	37.801,50	14.700,61	23.100,89
2025NF001607	DFTI - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	45.800,00	0,00	45.800,00
2025NP001754	DFTI - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	2.040,00	90,67	1.949,33
2024NF001990	FACILMOVA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	138.600,00	82.582,50	56.017,50
2024NP001437	GRAPHO-PRODUTOS E SERVICOS EM COMPUTACAO LTDA	52.950,00	22.994,04	29.955,96
2025NF001685	INFOSEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	2.991.442,13	157.881,67	2.833.560,46
2025NP001686	INFOSEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	2.680.819,91	1.376.740,61	1.304.079,30
2024NF000342	MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	404.782,00	313.143,81	91.638,19
2025NP000928	MICROWARE ENGENHARIA DE SISTEMAS LTDA	1.576.258,02	212.794,68	1.363.463,34
2025NF001716	MICROWARE ENGENHARIA DE SISTEMAS LTDA	1.576.258,02	15.762,58	1.560.495,44
2024NP002025	PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.	135.000,00	28.425,00	106.575,00
2025NP001723	SEPROL IT SERVICES & CONSULTING LTDA	554.400,00	8.316,00	546.084,00
2025NP001728	SOLLICITA NEGOCIOS PUBLICOS LTDA	208.800,00	3.770,00	205.030,00
2025NP000054	SOLUGOV COMERCIO E SERVICOS LTDA	17.850,00	17.403,75	446,25
2025NP001129	WERNETECH INFORMATICA LTDA	17.755,20	6.229,88	11.525,32
2024NF001308	XP ON CONSULTORIA LTDA	14.199,90	6.639,74	7.560,16
TOTAIS		22.606.339,42	11.265.628,97	11.821.987,68

Compreende os pagamentos de Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) realizados antecipadamente, cujos benefícios ou prestação de serviços à entidade ocorrerão em períodos subsequentes. Tais despesas são reconhecidas pelo regime de competência, de forma automática pelo sistema SIAFI, mediante cronograma de realização inserido no momento da liquidação do empenho.

Esses valores decorrem de contratos de serviços contínuos, seguros e, majoritariamente, aquisições de softwares e licenças de TI (elemento de despesa 3.3.90.40), conforme a Orientação SOF/TSE nº 12/2019 e recomendações de Auditoria de Gestão de Ativos. Além da tabela, compõem o saldo da conta, ainda, prêmios de seguros a apropriar, no montante de R\$ 10.064,73 e assinaturas e anuidades de plataforma digitais a apropriar, com valor de R\$106.304,62.

Nota 5 - Bens Móveis

Compreendem os ativos de existência material que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia, sem alteração de sua substância ou destinação econômico-social. Todos os bens móveis são gerenciados pela Seção de Gestão do Patrimônio por meio do sistema AsiWeb. O registro contábil reflete o valor de aquisição, acrescido dos tributos não recuperáveis e demais custos necessários para colocar os bens em condições de uso.

A depreciação é calculada pelo sistema AsiWeb sob o método de cotas constantes, observando a vida útil econômica e o valor residual estabelecidos na Macrofunção SIAFI 02.03.30 (Depreciação, Amortização e Exaustão).

Ressalva-se o tratamento aplicado às urnas eletrônicas, bens específicos da Justiça Eleitoral. Com base em estudo técnico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi determinada para estes ativos uma vida útil de 10 anos. Portanto, embora integrem o grupo de equipamentos de processamento de dados, sua taxa de depreciação é de 10% a.a.

Conta Contábil	Descrição	Vida Útil (anos)	Percentual Depreciação	Valor Residual (%)
12.311.01.01	Aparelhos de Medição e Orientação	15	6,70%	10,00%
12.311.01.02	Aparelhos Equipamentos Comunic.	10	10,00%	20,00%
12.311.01.03	Apar.,Equip.e Utens.Med.,Odont.,La	15	6,70%	20,00%
12.311.01.05	Equipamento de Proteção, Segurança	10	10,00%	10,00%
12.311.01.06	Maquinas e Equipam. de Natureza	20	5,00%	10,00%
12.311.01.07	Maquinas e Equipamentos Energéticos	10	10,00%	10,00%
12.311.01.08	Maquinas e Equipamentos Gráficos	15	6,70%	10,00%
12.311.01.09	Maquinas, Ferramentas e Utensílios	10	10,00%	10,00%
12.311.01.12	Acessórios para Automóveis	5	20,00%	10,00%
12.311.01.21	Equipamentos Hidráulicos e Eletric	10	10,00%	10,00%
12.311.01.25	Maquinas, Utensílios e Equipamentos	10	10,00%	10,00%
12.311.02.01	Equipamentos de Processamentos de	5	20,00%	10,00%
12.311.03.01	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10,00%	10,00%
12.311.03.02	Maquinas, Instalações e Utensílios	10	10,00%	10,00%
12.311.03.03	Mobiliário em Geral	10	10,00%	10,00%
12.311.04.02	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	10,00%	10,00%
12.311.04.04	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	5,00%	10,00%
12.311.04.05	Equipamentos Para Áudio, Vídeo E F	10	10,00%	10,00%
12.311.04.06	Obras de Arte e Peças para Exposição	-	0,00%	-
12.311.05.01	Veículos Diversos	15	6,70%	10,00%
12.311.05.03	Veículos de Tração Mecânica	15	6,70%	10,00%
12.311.99.09	Peças Não Incorporáveis a Imóveis	10	10,00%	10,00%

Mensalmente, a Assistência Setorial Contábil do TRE-PR realiza o confronto entre os saldos do Relatório de Movimentação de Bens (RMB) e os saldos das contas contábeis no SIAFI. Tal procedimento assegura a fidedignidade e a abrangência das informações, permitindo que eventuais inconsistências sejam regularizadas antes do fechamento mensal do sistema.

A movimentação dos bens durante o exercício de 2025 ocorreu da seguinte forma:

Conta Contábil Nome	AV	AH	Saldo em 31/12/2025	Entrada	Saída	Saldo em 31/12/2024
Equip de tecnolog da infor e comunicação/tic	81,24%	-0,58%	203.048.845,30	2.680.710,67	3.869.759,73	204.237.894,36
Mobiliário em geral	4,99%	1,23%	12.476.008,88	331.942,03	180.207,13	12.324.273,98
Maquinas, utensílios e equipamentos diversos	3,14%	1,33%	7.858.756,54	543.082,56	439.910,87	7.755.584,85
Maquinas e equipamentos energéticos	2,87%	297,56%	7.176.984,66	5.523.635,80	151.907,13	1.805.255,99
Veículos de tração mecânica	1,94%	-14,96%	4.849.382,00	281.990,00	1.135.394,00	5.702.786,00
Equipamento de proteção, segurança e socorro	1,62%	-13,45%	4.053.488,10	1.561,70	631.635,45	4.683.561,85
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	1,42%	23,48%	3.545.839,58	699.923,60	25.779,27	2.871.695,25
Peças não incorporáveis a imóveis	1,18%	-0,47%	2.952.782,75	0,00	14.037,74	2.966.820,49
Aparelhos e equipamentos de comunicação	0,55%	9,53%	1.374.677,39	163.061,20	43.434,42	1.255.050,61
Coleções e materiais bibliográficos	0,22%	0,51%	553.672,58	3.856,06	1.051,39	550.867,91
Aparelhos e utensílios domésticos	0,19%	-2,45%	481.663,13	2.446,12	14.544,95	493.761,96
Maquinas e equipamentos gráficos	0,15%	-3,40%	363.656,07	0,00	12.810,90	376.466,97
Maquinas e utensílios de escritório	0,13%	10,36%	328.849,15	32.757,97	1.882,38	297.973,56
Veículos em geral	0,12%	-0,18%	299.752,85	24,50	571,76	300.300,11
Equipam/utensílios médicos,odonto,lab e hosp	0,08%	-0,47%	206.158,68	39,40	1.016,90	207.136,18
Obras de arte e peças para exposição	0,07%	0,00%	178.908,15			178.908,15
Equipamentos, peças e acessórios p/automóveis	0,06%	228,03%	143.421,50	99.699,50		43.722,00
Aparelhos de medição e orientação	0,01%	21,88%	26.356,80	7.191,75	2.459,87	21.624,92
Instrumentos musicais e artísticos	0,01%	0,00%	14.450,00			14.450,00
Maquinas, ferramentas e utensílios de oficina	0,00%	-6,97%	5.049,25	9,00	387,50	5.427,75
Equipamentos hidráulicos e elétricos	0,00%	-91,79%	258,28		2.888,00	3.146,28
Total bruto			249.938.961,64	10.371.931,86	6.529.679,39	246.096.709,17
Depreciação acumulada - bens moveis			(109.936.228,76)	4.416.698,02	21.226.182,69	(93.126.744,09)
Total Líquido			140.002.732,88	14.788.629,88	27.755.862,08	152.969.965,08

O grupo "Máquinas e Equipamentos Energéticos" apresentou um incremento significativo de 297,56% (Análise Horizontal), saltando de R\$ 1.805.255,99 para R\$ 7.176.984,66. Este aumento decorreu majoritariamente da reclassificação contábil de inversores e transformadores da Usina Fotovoltaica de Paranavaí. Tal medida foi adotada em conformidade com as deliberações conjuntas entre a Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, a Coordenadoria de Gestão de Patrimônio e a Coordenadoria de Auditoria Interna, visando a melhor adequação da natureza do bem ao plano de contas.



Salto de 297,56% em Equipamentos Energéticos

Aumento de R\$ 5,3 milhões devido à reclassificação de inversores e transformadores da Usina de Paranavaí.

A variação na conta de Depreciação Acumulada reflete o reconhecimento da despesa do exercício no montante de R\$ 21.226.182,69 (registrada na coluna de saídas devido à natureza credora/reutora da conta). O saldo final de R\$ 109.936.228,76 demonstra que o acervo patrimonial do Tribunal se encontra com aproximadamente 44% de sua vida útil consumida.

Nota 6 - Bens Imóveis

Os bens imóveis compreendem os ativos vinculados ao solo que não podem ser retirados sem destruição ou danos, conforme definição do MCASP 11ª Edição. No âmbito desta Corte, a estrutura patrimonial subdivide-se entre bens registrados e não registrados no sistema SPIUNET, observando-se as seguintes particularidades:

06.1) Bens Imóveis de Uso Especial Registrados no SPIUNET t:

São os ativos cujas documentações foram validadas pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Ressalta-se que a SPU utiliza critérios próprios de mensuração inicial, baseados em modelos de avaliação patrimonial da União, e não necessariamente no custo efetivo de construção das obras.

As reavaliações ou atualizações de metragem, são registradas pela Coordenadoria de Material e Patrimônio, no sistema SPIUNET, tomando como base evidências apontadas pela Seção de Manutenção de Imóveis do Interior.

Em consonância com o MCASP 11ª Edição e as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o TRE-PR conduziu a reavaliação de bens imóveis do Fórum Eleitoral, baseando-se no laudo técnico da empresa Dallabrida Avaliações, Perícias e Projetos Ltda.

06.1.1) Edifícios:

Referem-se às construções registradas no SPIUNET t após análise da SPU.

A depreciação é calculada mensalmente pela SPU, nos termos da Portaria Conjunta SPU/STN nº 703/2014. O registro contábil no SIAFI é efetuado pela Coordenadoria-Geral de Contabilidade da União (CCONT/STN), com base em dados fornecidos pela SPU, sendo os montantes lançados em conta redutora do ativo com contrapartida em Variação Patrimonial Diminutiva (VPD).

06.1.2) Terrenos:

Os terrenos dos Fóruns Eleitorais encontram-se devidamente cadastrados e validados pela SPU, seguindo os critérios de mensuração daquele órgão.



Imóveis Registrados no Spinet					
IM	RIP	Fórum Eleitoral	Edifícios 12.321.01.02	Terrenos 12.321.01.03	Total do Fórum
IM0000052	7535003465007	CURITIBA/JOAO PAROLIN, 224	52.666.225,32	37.474.006,63	90.140.231,95
IM0000052	7535008515002	CURITIBA/JOAO PAROLIN, 55	34.476.887,36	37.897.500,21	72.374.387,57
IM0000052	7535007725003	CURITIBA - FRANCISCO NUNES b2d	0,00	14.877.687,00	14.877.687,00
IM0000052	7535007705002	CURITIBA/JOAO PAROLIN, 24 - logis	6.464.376,99	2.362.841,27	8.827.218,26
IM0000316	7691001585002	MARINGA - NOVO FÓRUM	4.681.121,60	2.047.525,52	6.728.647,12
IM0000162	7885005265000	SÃO JOSE DOS PINHAIS	2.034.769,18	841.893,29	2.876.662,47
IM0000136	7935000315000	UMUARAMA	1.382.143,29	1.368.941,45	2.751.084,74
IM0000137	7483000465000	CAMPO MOURAO - PR	1.168.164,73	1.111.470,69	2.279.635,42
IM0000135	7565000605004	FRANCSISCO BELTRAO	1.038.926,42	1.063.522,08	2.102.448,50
IM0000154	7505000265005	CIANORTE - PR	971.841,26	1.055.997,44	2.027.838,70
IM0000139	7859000135002	SANTO ANTONIO DA PLATINA	1.060.587,51	878.327,37	1.938.914,88
IM0000181	7629000705009	JACAREZINHO	1.015.550,86	897.859,84	1.913.410,70
IM0000171	7471000125000	CAMBÉ	960.043,55	843.422,18	1.803.465,73
IM0000141	7745001955007	PARANAGUÁ	1.052.242,03	743.530,96	1.795.772,99
IM0000142	7435000545003	ARAUCARIA - PR	1.083.017,98	664.109,90	1.747.127,88
IM0000133	7513000255000	COLOMBO	1.035.989,04	708.615,30	1.744.604,34
IM0000160	9983000025002	FAZENDA RIO GRANDE	929.111,48	815.091,52	1.744.203,00
IM0000175	5453000085000	PINHAIS	1.130.515,31	476.372,24	1.606.887,55
IM0000265	7725000115000	NOVA LONDRINA - PARANA	724.242,71	783.624,79	1.507.867,50
IM0000308	7507000045001	CIDADE GAUCHA	730.608,90	636.617,96	1.367.226,86
IM0000256	8461000125009	SARANDI NO PARANA	1.034.672,70	302.803,44	1.337.476,14
IM0000187	7427000155000	ARAPONGAS	970.983,74	256.236,65	1.227.220,39
IM0000257	7659000835001	LARANJEIRAS DO SUL - PR	784.015,23	436.584,82	1.220.600,05
IM0000182	7495000485004	CASTRO	678.603,17	534.404,66	1.213.007,83
IM0000380	7905000095008	SERTANOPOLIS	742.775,79	463.796,71	1.206.572,50
IM0000342	7837000035007	SALTO DO LONTRA-PR-22/39.	755.850,71	417.334,29	1.173.185,00
IM0000269	7889000165000	SAO MIGUEL DO IGUAQU - PR	724.300,65	447.258,07	1.171.558,72
IM0000266	7419000195000	ANDIRA - PARANA	692.253,75	477.637,33	1.169.891,08
IM0000321	7735000375000	PALMEIRA - PR - 3/39.	736.787,09	420.442,98	1.157.230,07
IM0000391	7581000115009	GUARANIACU - PR - 34/39.	748.693,37	400.511,63	1.149.205,00
IM0000407	7681000105000	MANOEL RIBAS - PR	709.729,25	413.310,58	1.123.039,83
IM0000409	7929000035002	TOMAZINA - PR	742.775,79	374.361,71	1.117.137,50
IM0000158	7701000225003	MEDIANEIRA	703.158,22	403.555,86	1.106.714,08
IM0000241	7953000185007	ASSIS CHATEAUBRIAND	602.956,12	473.222,48	1.076.178,60
IM0000226	7569000105004	GOIOERE	602.956,12	440.611,58	1.043.567,70
IM0000239	7699000145004	MATELANDIA	602.956,12	425.449,58	1.028.405,70
IM0000261	7677000085000	MANDAGUARI - PARANA	724.300,65	302.136,46	1.026.437,11
IM0000191	7589000105009	IBAITI	608.363,88	377.073,72	985.437,60
IM0000243	7805000235008	REALEZA	730.608,90	251.982,20	982.591,10
IM0000204	7633000095004	JAGUARIAIVA	622.461,20	357.876,06	980.337,26
IM0000183	7915000195000	TELEMACO BORBA	716.398,00	258.003,42	974.401,42
IM0000338	7807000055006	REBOUCAS - PR - 18/39.	761.962,79	198.091,50	960.054,29
IM0000318	7475000075006	CAMPINA DA LAGOA	703.970,40	250.859,60	954.830,00
IM0000220	7821000045006	RIO BRANCO DO SUL	608.363,88	342.690,42	951.054,30
IM0000348	7421000375000	ANTONINA	645.152,16	296.143,14	941.295,30
IM0000306	7649000075000	JOAQUIM TAVORA	730.608,90	199.307,98	929.916,88
IM0000393	7409000035006	ALTO PARANA - PR - 36/39.	742.835,21	177.870,94	920.706,15
IM0000387	8451000215000	CANTAGALO - PR - 30/39.	689.102,32	226.859,36	915.961,68
IM0000392	7453000065000	BELA VISTA DO PARAISO	742.775,79	161.131,71	903.907,50
IM0000219	7529000075009	CRUZEIRO DO OESTE	602.956,12	294.730,88	897.687,00
IM0000481	7411000035008	ALTO PIQUIRI - PR	699.498,83	191.936,08	891.434,91
IM0000305	7907000035001	SIQUEIRA CAMPOS	730.550,46	157.052,04	887.602,50
IM0000352	7433000105007	MARILANDIA DO SUL	736.787,09	150.253,86	887.040,95
IM0000222	7477000075002	CAMPINA GRANDE DO SUL	581.446,64	290.191,96	871.638,60
IM0000258	7825000155009	ROLANDIA	776.841,54	92.734,41	869.575,95
IM0000411	7485000265007	CANDIDO DE ABREU - PR	755.911,18	111.988,25	867.899,43
IM0000328	7549000055002	FAXINAL - PR - 10/39.	703.970,40	147.907,10	851.877,50
IM0000309	7527000065007	CORONEL VIVIDA	730.608,90	91.039,32	821.648,22
IM0000231	7721000135009	NOVA ESPERANÇA	602.956,12	209.527,58	812.483,70
IM0000276	7635000175004	JANDAIA DO SUL - PARANA	692.198,38	93.041,62	785.240,00
IM0000235	7663000215001	LOANDA	724.300,65	34.450,05	758.750,70
IM0000478	7603000075001	IPIRANGA	636.666,74	53.900,57	690.567,31
IM0000221	7791000105003	PRUDENTOPOLIS	535.325,58	24.653,19	559.978,77
TOTAL DOS IMÓVEIS DO TRE-PR			144.976.756,05	119.579.913,43	264.556.669,48

Atualmente, os valores de edifícios e terrenos são apresentados de forma agregada no balanço, devido a limitações de integração técnica entre os sistemas SIAFI e SPIUNET. No entanto, para fins de transparência e gestão, a unidade técnica de contabilidade mantém o controle gerencial individualizado de cada componente.



06.2) Bens Imóveis de Uso Especial Não Registrados no SPIUNET;

Esta categoria compreende as edificações dos Fóruns Eleitorais do Paraná cujas obras foram concluídas, mas que ainda aguardam a finalização da análise documental e a validação técnica por parte da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) para a devida integração ao sistema SPIUNET.

Diferente dos exercícios anteriores, onde esses ativos eram mantidos pelo custo efetivo de construção, em 2024 o TRE-PR promoveu a reavaliação desses bens. O registro contábil passou a adotar os valores apurados no laudo técnico especializado da empresa Dallabrida Avaliações, Perícias e Projetos Ltda. Essa medida visa assegurar que o Balanço Patrimonial reflita o valor justo e atualizado das edificações, mesmo antes do registro formal na SPU.

A depreciação continua sendo processada mensalmente, tendo por base as premissas da Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014. O cálculo incide agora sobre o valor reavaliado, respeitando a vida útil e o valor residual estabelecidos tecnicamente.

IM	Fórum Eleitoral	Imóveis Registrados no SIAFI		
		Edifícios 12.321.02.02	Terrenos 12.321.02.03	Total do Fórum
IM0000052	REFORMAS E ADAPTAÇÕES SEDE	2.679.130,17		2.679.130,17
IM0000125	IVAIPORA/PR	784.015,23	332.314,13	1.116.329,36
IM0000128	LONDRINA - PR	5.182.133,16	4.154.860,93	9.336.994,09
IM0000129	PONTA GROSSA - PR	3.067.121,49	1.731.881,04	4.799.002,53
IM0000130	FOZ DO IGUAÇU	1.884.449,46	4.586.517,60	6.470.967,06
IM0000134	GUARAPUAVA - PR	1.362.039,29	726.212,50	2.088.251,79
IM0000138	PARANAVAI - PR	1.071.904,70	1.211.340,15	2.283.244,85
IM0000144	CAMPO LARGO - PR	665.554,43	406.927,64	1.072.482,07
IM0000145	CORNELIO PROCOPIO - PR	1.083.017,98	1.012.927,93	2.095.945,91
IM0000146	TOLEDO - PR	1.071.904,70	679.138,62	1.751.043,32
IM0000147	UNIAO DA VITORIA - PR	1.083.017,98	655.858,94	1.738.876,92
IM0000148	APUCARANA - PR	1.024.722,86	539.566,23	1.564.289,09
IM0000155	MARECHAL CANDIDO RONDON PR	1.071.744,90	462.020,21	1.533.765,11
IM0000161	PIRAQUARA - PR	972.912,16	2.250.337,62	3.223.249,78
IM0000164	ALMIRANTE TAMANDARE - PR	1.108.467,64	461.414,11	1.569.881,75
IM0000178	PATO BRANCO - PR	963.455,36	729.824,58	1.693.279,94
IM0000189	ASTORGA	602.956,12	272.426,78	875.382,90
IM0000190	GUAIRA	1.025.205,52	1.211.628,28	2.236.833,80
IM0000196	BANDEIRANTES	899.002,52	575.568,98	1.474.571,50
IM0000200	RIO NEGRO - PR	776.841,54	325.477,10	1.102.318,64
IM0000205	SAO MATEUS DO SUL	703.158,22	428.339,69	1.131.497,91
IM0000206	UBIRATA	602.956,12	246.445,58	849.401,70
IM0000217	DOIS VIZINHOS	784.015,23	1.071.618,71	1.491.633,94
IM0000218	LAPA	749.416,91	278.768,67	1.028.185,58
IM0000234	IBIPORA	602.956,12	202.089,38	805.045,50
IM0000236	COLORADO	692.253,75	718.576,60	1.410.830,35
IM0000238	IMBITUVA	692.253,75	289.847,31	982.101,06
IM0000240	MATINHOS	570.633,88	451.716,19	1.022.350,07
IM0000242	CAPANEMA	749.416,91	259.318,61	1.008.735,52
IM0000252	IRATI	776.841,54	141.855,18	918.696,72
IM0000259	PITANGA - PR	797.680,63	274.423,93	1.072.104,56
IM0000260	CORBELIA	602.956,12	424.011,08	1.026.967,20
IM0000262	PARANACITY - PARANA	724.300,65	645.198,90	1.369.499,55
IM0000267	RIBEIRAO DO PINHAL PR	724.300,65	155.244,71	879.545,36
IM0000267	PALMAS	730.608,90	214.604,21	945.213,11
IM0000270	GUARATUBA - PARANA	736.787,09	229.950,24	966.737,33
IM0000304	CENTENARIO DO SUL	730.608,90	174.571,00	905.179,90
IM0000307	PIRAI DO SUL	730.608,90	246.056,72	976.665,62
IM0000310	CARLOPOLIS	709.729,25	195.588,16	905.317,41
IM0000311	CLEVELANDIA	730.608,90	340.859,31	1.071.468,21
IM0000312	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	730.608,90	161.474,96	892.083,86
IM0000313	SANTA HELENA	743.349,47	503.155,53	1.246.505,00
IM0000314	PALOTINA	730.608,90	326.935,69	1.057.544,59
IM0000315	PINHAO	743.408,93	212.009,00	955.417,93
IM0000319	CHOPINZINHO	736.787,09	121.094,03	857.881,12
IM0000320	MARIALVA - PR - 2/39.	736.787,09	283.907,06	1.020.694,15
IM0000322	QUEDAS DO IGUAÇU-PR-4/39	704.026,72	289.882,78	993.909,50
IM0000323	PORECATU - PR - 5/39.	736.787,09	425.630,08	1.162.417,17
IM0000324	FORMOSA DO OESTE-PR- 6/39.	736.787,09	527.251,52	1.264.038,61
IM0000326	ASSAI - PR - 8/39.	655.205,81	91.261,40	746.467,21
IM0000327	TIBAGI - PR - 9/39.	755.911,18	160.552,13	916.463,31
IM0000329	MANGUEIRINHA - PR - 11/39.	754.480,90	302.231,60	1.056.712,50
IM0000332	SÃO JOAO IVAI - PR - 12/39	736.787,09	198.582,73	935.369,82
IM0000333	PARAISO DO NORTE-PR-13/39.	748.693,37	269.124,13	1.017.817,50
IM0000334	WENCESLAU BRAZ - PR -14/39	742.775,79	136.914,21	879.690,00
IM0000335	CURITUBA - PR - 15/39.	726.897,08	222.813,90	949.710,98
IM0000338	REBOUÇAS		40,00	40,00
IM0000339	MANDAGUAÇU - PR - 19/39.	742.835,21	7.664,82	750.500,03
IM0000340	CAP.LEONIDAS MARQUES	703.970,40	548.394,60	1.252.365,00
IM0000341	PEABIRU - PR - 21/39.	742.775,79	189.226,71	932.002,50
IM0000343	URAI - PR - 23/39.	754.541,26	198.830,01	953.371,27
IM0000345	CATANDUVAS - PR - 25/39.	748.693,37	375.251,63	1.123.945,00
IM0000346	PALMITAL - PR - 26/39.	740.178,46	99.258,28	839.436,74
IM0000355	BARRAÇAO	749.666,58	400.988,42	1.150.655,00
IM0000356	SANTA MARIANA	786.945,95	132.404,69	919.350,64
IM0000384	ENG. BELTRAO - PR - 27/39	742.775,79	268.529,21	1.011.305,00
IM0000385	CAMBARA - PR 28/39.	609.135,57	80.791,58	689.927,15
IM0000386	IPORA - PR - 29/39.	742.835,21	181.596,23	924.431,44
IM0000388	ARAPOTI - PR - 31/39.	749.726,56	248.038,26	997.764,82
IM0000389	RESERVA - PR - 32/39.	726.897,08	60.221,36	787.118,44
IM0000390	ALTONIA - PR - 33/39.	748.753,27	241.690,96	990.444,23
IM0000394	CERRO AZUL - PR - 37/39.	749.666,58	143.518,42	893.185,00
IM0000395	BOCAIUVA DO SUL - 38/39.	742.835,21	157.856,84	900.692,05
IM0000396	ORTIGUEIRA - PR - 39/39.	755.911,18	103.832,60	859.743,78
IM0000397	STA IZABEL DO IVAI	730.608,90	638.863,14	1.369.472,04
IM0000398	IRETAMA.	736.728,15	151.269,35	887.997,50
IM0000399	SENGES.	736.787,09	64.959,54	801.746,63
IM0000402	BARBOSA FERRAZ.	742.835,21	185.709,06	928.544,27
IM0000405	TERRA BOA - PARANA	742.835,21	234.377,96	977.213,17
IM0000406	MAMBORE - PR	742.775,79	277.179,21	1.019.955,00
IM0000408	TERRA RICA - PR	742.835,21	217.506,61	960.341,82
IM0000410	MORRETES - PR	709.729,25	89.202,15	798.931,40
IM0000413	ICARAIMA - PR	742.835,21	158.999,43	901.834,64
IM0000423	MARMELEIRO - PR	732.347,71	229.064,25	961.411,96
IM0000424	SÃO JOAO - PR	726.897,08	82.440,70	809.337,78
IM0000425	SANTA FE - PR	737.673,13	156.876,19	894.549,32
IM0000471	MALLET	740.960,60	46.232,99	787.193,59
IM0000472	SÃO JERONIMO DA SERRA	739.748,48	287.028,71	1.026.777,19
IM0000473	GRANDES RIOS	694.359,64	170.096,53	864.456,17
IM0000474	JAGUAPITA	721.321,14	176.366,49	897.687,63
IM0000475	TEIXEIRA SOARES	740.178,46	180.745,20	920.923,66
IM0000476	TERRA ROXA	726.897,08	220.284,87	947.181,95
IM0000477	SÃO JOAO DO TRIUNFO	897.428,00	16.155,76	913.583,76
IM0000479	CASCAVEL - 2º FORUM	5.025.029,50	3.469.071,75	8.494.101,25
IM0000480	PEROLA - PR	726.897,08	490.122,74	1.217.019,82
IM0000600	USINA FOTOVOLTAICA	5.828.638,01	650.517,36	6.479.155,37
IM0000601	RIBEIRAO CLARO	757.355,08	122.788,35	880.143,43
IM0000602	PASSARELA - DG-/SESEG	189.747,77		189.747,77
IM0000603	AMPLIAÇÃO RESTAURANTE	1.822.169,41		1.822.169,41
IM0000604	AMPLIAÇÃO SALA JUIZES	14.121,23		14.121,23
IM0000947	ANTIGA BRINKS	1.611.339,94	2.703.042,17	4.314.382,11
TOTAL DOS IMÓVEIS DO TRE-PR		96.840.814,96	47.641.183,43	144.481.998,39

Nota 7 - Intangível

Conta Contábil	Movimentação			
	31/12/2025	Saídas	Entradas	31/12/2024
124110101 Softwares Vida útil definida	2.948.187,99	247.184,00	247.184,00	2.948.187,99
124110201 Softwares Vida útil indefinida	2.692.815,75	0,00	834.932,91	1.857.882,84
Total bruto	5.641.003,74	247.184,00	1.082.116,91	4.806.070,83
124810100 Amortização acumulada	-2.578.059,61	-	957.075,17	-1.620.984,44
Total Líquido	3.062.944,13	247.184,00	125.041,74	3.185.086,39

O Ativo Intangível deste Regional compreende bens incorpóreos identificáveis, controlados e geradores de potencial de serviços, conforme



preconiza o MCASP 11ª Edição. Atualmente, 100% deste grupo é composto por softwares (licenças de uso e desenvolvimento), mensurados ao custo de aquisição.

Em observância à Orientação SOF/TSE nº 12/2019, o controle patrimonial é realizado no sistema Asiweb desde 2020, sob gestão técnica da Secretaria de Tecnologia da Informação (SECTI).

A amortização é calculada pelo método de cotas constantes, sem previsão de valor residual. A definição da vida útil econômica é prerrogativa do gestor técnico da contratação, que estabelece o período de eficácia e aproveitamento do software pela Administração, garantindo que o valor contábil reflita o real consumo do benefício econômico.

A amortização é calculada pelo método de cotas constantes,



Nota 8 - Obrigações trabalhistas a pagar - curto prazo

Obrigações a Pagar		
Ano	2025	2024
Salários e Remunerações (ISF F)	15.516,71	15.516,71
Pessoal a pagar (ISF P)	914.410,35	871.387,59
Férias a Pagar	21.644.650,68	22.547.559,99
Encargos Sociais a Pagar	3.176.502,52	
Total Líquido	25.751.080,26	23.434.464,29

Compreende as obrigações referentes a salários, bem como benefícios que o servidor tenha direito, aposentadorias, pensões e encargos a pagar com vencimento no curto prazo.

Pessoal a Pagar: os valores registrados como “pessoal a pagar (ISF P)” referem-se a licenças prêmio dos servidores que já cumpriram os requisitos para aposentadoria as quais poderão ser convertidas em pecúnia quando instaurado o processo de aposentação.

Férias a Pagar: o saldo contempla o valor de uma remuneração inteira acrescida de 1/3 de abono constitucional de todos os servidores que:

- não usufruíram férias de períodos aquisitivos completos;
- receberam o 1/3 constitucional de períodos aquisitivos completos mas não usufruíram todos os dias de férias a que tem direito;
- não usufruíram férias de períodos aquisitivos incompletos (Lei 8112/90);
- receberam o 1/3 constitucional de períodos aquisitivos incompletos (Lei 8112/90) mas não usufruíram todos os dias de férias a que tem direito.

Encargos sociais a pagar: por determinação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foi instituída a obrigatoriedade do registro contábil dos encargos patronais (RPPS/RGPS) sobre o passivo de férias pelo regime de competência. Trata-se de uma novidade metodológica aplicada ao âmbito da União, visando o aprimoramento da fidedignidade das Demonstrações Dontáveis e a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Considerando que o sistema SGRH (Sistema de Gestão de Recursos Humanos) encontra-se em fase de homologação e ajustes finais para o processamento automático desses dados, o registro dos valores de encargos sobre férias foi efetuado, transitoriamente, por estimativa. Em 2026 há previsão de que a SGP/TSE homologue a nova versão do sistema SGRH e realize a atualização para as áreas de pessoal. A Setorial Contábil do TSE informará os procedimentos para a regularização dos lançamentos e a migração da estimativa para os valores reais processados pelo sistema.



Os registros contábeis são efetuados mensalmente pela Assistência Setorial Contábil em conformidade com o estabelecido pela Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento e Orientação Cofic/Sof/TSE nº 10/18 através das informações constantes no relatório do Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – SGRH, emitido pela Seção de Folha de Pagamento.

Nota 9 - Fornecedores

As obrigações com fornecedores decorrem das aquisições de bens e contratações de serviços necessários à manutenção das atividades operacionais e à execução dos programas de governo desta entidade. Tais passivos são reconhecidos integralmente pelo valor nominal da obrigação, observando-se o regime de competência, independentemente da disponibilidade financeira para o pagamento imediato.

Cabe destacar que, embora o saldo remanescente em conta de passivo ao final do exercício apresente-se reduzido (R\$ 2.341,60), o montante detalhado na tabela ao lado reflete o volume total da execução financeira do exercício. Esse valor, que totaliza R\$ 75.572.798,51, representa o estágio da despesa em que o direito do credor foi verificado mediante a liquidação, assegurando que as contraprestações e entregas ocorreram conforme as cláusulas contratuais e as normas da Lei nº

Contrato/Ano	Tipo	Fornecedor	Valor Executado
Nº 035/2024	Serviços	UNIMED DO ESTADO DO PARANA 35/24	R\$ 19.147.549,39
Nº 093/2024	Serviços	INFOSEC TEC DA INF LTDA 93/2024	R\$ 4.415.093,48
Nº 087/2022	Serviços	CIEE - ESTAGIARIOS	R\$ 3.452.538,22
Nº 079/2023	Serviços	VALE SERVICOS LTDA 79/23	R\$ 2.935.971,84
Nº 074/2023	Serviços	PGE SERVICOS 74/23	R\$ 2.417.541,08
Nº 097/2022	Serviços	LIGGA TELECOMUNICACOES S.A. .	R\$ 1.958.283,80
Nº 007/2023	Serviços	FLAMASERV SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA.	R\$ 1.916.272,74
Nº 104/2024	Serviços	MEF CONSTRUOES E EMPREEND LTDA 104/24	R\$ 1.828.922,43
Nº 020/2025	Serviços	MICROWARE ENGENHARIA DE SISTEMAS LTDA	R\$ 1.786.904,09
Nº 036/2025	Serviços	MICROWARE ENGENHARIA DE SISTEMAS LTDA - 36/25	R\$ 1.748.569,71
Nº 013/2024	Serviços	SERVTRON PREST DE SERV COM LTDA 13/24	R\$ 1.597.260,64
Nº 124/2022	Serviços	ABSERVIS SERV.MANUT.LT. - POLO 3	R\$ 1.508.972,54
Nº 002/2025	Serviços	INFOCABLE INFRAES E TECNO LTDA 02/25	R\$ 1.358.501,64
Nº 015/2024	Serviços	DREON ENG LTDA 15/24	R\$ 1.336.668,25
Nº 090/2024	Serviços	XERTICA BRASIL LTDA 90/2024	R\$ 1.332.458,04
Nº 109/2022	Serviços	ABSERVIS SERVICOS E MANUTENCAO LTDA.	R\$ 1.227.219,34
Nº 008/2025	Serviços	COPEL DISTRIBUICAO S.A.	R\$ 1.099.249,48
Nº 020/2025	Fornecimento de Bens	MICROWARE ENGENHARIA DE SISTEMAS LTDA	R\$ 1.084.958,00
Nº 036/2025	Fornecimento de Bens	MICROWARE ENGENHARIA DE SISTEMAS LTDA - 36/25	R\$ 1.084.958,00
Nº 041/2021	Serviços	FLAMASERV MOTORISTAS - ADMIN. E AUT	R\$ 1.078.923,13
Nº 016/2020	Serviços	MASTER VIGILANCIA ESPECIALIZADA LTDA	R\$ 1.042.728,91
Nº 001/2023	Serviços	SULWORK - TEC.INFORMACAO	R\$ 921.771,54
Nº 061/2024	Serviços	LA VIAGENS E TURISMO LTDA 61/24	R\$ 871.769,62
Nº 015/2025	Serviços	SERVTRON PRESTA SERVICOS 15/25	R\$ 809.045,15
Nº 021/2025	Serviços	MAC VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA	R\$ 769.291,16
Nº 001/2022	Serviços	COMERCIAL CAMPO NOBRE EIRELI - H3D COMERCIAL	R\$ 767.006,29
Nº 023/2025	Serviços	AVANTT SELECAO DE TREINAMENTO DE MAO DE OBRA	R\$ 710.143,29
Total			R\$ 75.572.798,51

4.320/1964. A segregação das contas entre fornecedores de bens e prestadores de serviços visa proporcionar transparência quanto à destinação dos recursos e à natureza econômica das contratações do exercício.

Nota 10 - Demais Obrigações a Curto Prazo

Demais Obrigações a curto prazo		
Ano	2025	2024
Depósitos retidos de fornecedores	258.990,13	199.649,13
Demais Obrigações a curto prazo	15.080,05	3.093,53
Total Líquido	274.070,18	202.742,66

Esta conta compreende, majoritariamente, os depósitos retidos de fornecedores, que consistem em valores caucionados ou glosas aplicadas sobre faturas de serviços e fornecimentos.

As retenções decorrem de inadimplimentos contratuais, tais como a prestação parcial de serviços, desconformidade na entrega de materiais ou descumprimento de cláusulas de fiscalização.

Em observância ao regime de competência e à liquidação da despesa, os valores correspondentes à parcela executada foram inscritos em Restos a Pagar Processados (RPP). Essa medida garante a disponibilidade financeira para a quitação da obrigação, permanecendo o pagamento sobrestado (suspensão) no passivo circulante.



A liberação e o conseqüente pagamento estão condicionados à regularização das pendências por parte das contratadas e à expressa autorização dos respectivos Gestores e Fiscais de Contrato, após a verificação do saneamento das falhas apontadas.

Nota 11 - Demais Reservas

Dando continuidade ao processo de regularização patrimonial iniciado em exercícios anteriores, o TRE-PR finalizou, no exercício de 2025, os procedimentos de ajuste relativos aos bens imóveis que possuíam registro no sistema SPIUNET.

Demais Reservas		
Ano	2025	2024
Reserva de Reavaliação	194.058.325,66	182.446.779,59
Total do Patrimônio Líquido	194.058.325,66	182.446.779,59

Enquanto em 2024 o esforço concentrou-se nos imóveis não registrados no SPIUNET, em 2025 a Coordenadoria de Gestão do Patrimônio, efetuou a atualização dos laudos de reavaliação para os imóveis já integrados ao sistema da União.

Este ajuste foi fundamental para assegurar a fidedignidade entre os registros no SPIUNET e o SIAFI, eliminando divergências históricas de valores e garantindo a aplicação integral do MCASP 11ª Edição.

Os registros seguiram a metodologia de mensuração pelo Modelo de Reavaliação (Seção 11.3.2 do MCASP), compreendendo:

- Atualização do Valor Justo com base em laudos técnicos especializados;
- Sincronização de dados entre a Unidade Gestora e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) via SPIUNET;

Com a conclusão dessas medidas, o TRE-PR atinge o pleno atendimento às normas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) quanto à mensuração de imóveis. O saldo das contas de Bens Imóveis e Reserva de Reavaliação reflete agora o valor real de mercado dos fóruns eleitorais, fortalecendo a transparência e a gestão responsável do patrimônio público deste TRE.

Nota 12 - Resultado do Exercício

Resultado do exercício		
Ano	2025	2024
Resultado do Exercício	-17.511.122,58	17.359.864,27
Total do Patrimônio Líquido	-17.511.122,58	17.359.864,27

O resultado patrimonial do exercício de 2025 apresentou um déficit de R\$ 17.511.122,58, em contraste com o superávit de R\$ 17.359.864,27

apurado em 2024. Esta variação negativa no desempenho consolidado, não decorre de desequilíbrio na gestão das despesas correntes, mas de fatores conjunturais e ajustes de natureza patrimonial, detalhados a seguir:

- Houve redução líquida de R\$ 14.877.608,17 nas Transferências e Delegações Recebidas (Nota 14). O decréscimo nas Transferências Intragovernamentais (repasses da União/TSE) decorre do fato do ano de 2025 não ser ano eleitoral.
- O processo de saneamento e reavaliação dos bens imóveis, concluído em 2025, gerou um impacto significativo em duas frentes:
 - a) Redução de Ganhos Extraordinários: Em 2024, o resultado foi positivamente inflado por R\$ 23.227.097,93 em "Ganhos com Incorporação de Ativos". Em 2025, essa incorporação foi residual (R\$ 35.886,61), eliminando o efeito extraordinário do ano anterior.
 - b) Aumento em Desincorporações (VPD): Registrou-se um aumento de R\$ 24.664.043,99 no grupo de Desvalorização e Perda de Ativos (Nota 22), decorrente das baixas e ajustes necessários para espelhar o valor real dos ativos imobiliários no sistema SPIUNET /SIAFI.
- Ressalte-se que os gastos com Remuneração a Pessoal apresentaram uma economia de R\$ 2.964.495,45 em relação a 2024, e o Uso de Bens e Serviços (Custeio) foi reduzido em R\$ 25.876.018,84. Esses dados confirmam que o déficit apurado é de natureza predominantemente patrimonial e contábil, fruto do rigoroso processo de conformidade e fidedignidade dos registros do TRE-PR.

Nota 13 - Resultado de Exercícios Anteriores

O exercício de 2025 marca a consolidação dos eventos retificadores iniciados no ano anterior. O montante de R\$ 94.503.988,14, registrado em 2024 na conta de

Resultados de exercícios anteriores		
Ano	2025	2024
Resultados de Exercícios Anteriores	365.624.914,75	253.748.639,34
Total do Patrimônio Líquido	365.624.914,75	253.748.639,34

Ajustes de Exercícios Anteriores, foi integralmente incorporado ao saldo da conta de Resultados de Exercícios Anteriores no presente exercício. Essa transferência contábil reflete a finalização dos processos de saneamento patrimonial e reavaliação de ativos imobilizados. A movimentação assegura que os ajustes, após devidamente homologados e processados, passem a compor o saldo acumulado do Patrimônio Líquido, em observância à NBC TSP 23.

Nota 14 - Ajustes de Exercícios Anteriores

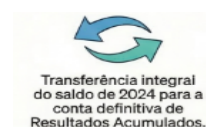
Ajustes de Exercícios Anteriores		
Item movimentado	Diminuição do PL	Aumento do PL
Passivo anterior - execução orçamentária		
Pessoal	143.326,80	
Serviços	449.257,15	
Diárias	20.048,92	
Outros	4.885,28	
Total de execução orçamentária	617.518,15	0,00
Item movimentado	Diminuição do PL	Aumento do PL
Procedimentos contábeis		
Transferência para resultados acumulados	94.503.988,14	
Reinclusão Fórum Foz do Iguaçu		6.470.967,06
Devoluções de materiais processamento de dados - baterias urnas		8.853.587,01
Depreciação acumulada equipamentos Usina Fotovoltaica	1.793.203,44	
Ajustes de reavaliação exercícios anteriores	299.845,73	471.108,00
Ajustes Spiunet		-462.448,57
Baixa de saldo exercício anterior planilha licença prêmio convertida em pecúnia	43.022,76	
Reclassificações diversas	19.818,74	1.172,55
Diversos	2.198,61	3.609,51
Total de procedimentos contábeis	96.662.077,42	15.337.995,56
Total de execução orçamentária + procedimentos contábeis	97.279.595,57	15.337.995,56
Saldo exercício anterior - 31/12/2024	94.503.988,14	
Saldo do Exercício Atual - 31/12/2025		12.562.388,13

A conta de Ajustes de Exercícios Anteriores é utilizada para registrar retificações de erros ou mudanças de políticas contábeis cujos fatos geradores pertencem a períodos passados, conforme a NBC TSP 23. No exercício de 2025, a movimentação nesta conta refletiu o esforço contínuo de saneamento contábil e regularização patrimonial deste Regional.

Os valores detalhados no quadro sob o grupo "Passivo anterior - execução orçamentária" (Pessoal, Serviços e Diárias) referem-se a fatos geradores ocorridos integralmente no exercício de 2025, mas que tiveram seu reconhecimento de dívida e consequente liquidação efetuados apenas no exercício de 2026.

Essa prática visa assegurar a correta apropriação dos custos ao período em que o serviço foi efetivamente prestado, em estrita observância ao Princípio da Competência, evitando a omissão de passivos nas demonstrações de 2025.

O saldo final de R\$ 12.562.388,13 também engloba procedimentos de conformidade patrimonial, com destaque para:



✓ Incorporação ao Resultado Acumulado: Transferência integral do saldo de R\$ 94.503.988,14 (proveniente de 2024) para a conta definitiva de Resultados de Exercícios Anteriores.



✓ Regularização de Ativos: reinclusão patrimonial do Fórum de Foz do Iguaçu (R\$ 6,47 milhões) e devolução de baterias de urnas eletrônicas (R\$ 8,85 milhões).



✓ Depreciação e Reavaliação: Ajuste da depreciação acumulada da Usina Fotovoltaica (R\$ 1,79 milhão) e sincronização de valores via sistema SPIUNET, garantindo o espelhamento com o SIAFI.

Os registros efetuados garantem que o Balanço Patrimonial de 2025 apresente o valor justo dos ativos e a totalidade das obrigações assumidas, corrigindo tempestivamente os eventos extemporâneos sem distorcer o resultado orçamentário do ano corrente.

Nota 15 - Outras Transferências e Delegações Recebidas

Transferências Recebidas				
Ano	2025	2024	AV	AH
Transferências intragovernamentais	477.182.634,11	505.032.006,13	95,77%	-5,51%
Outras transferências recebidas	21.082.430,04	8.110.666,19	4,23%	159,93%
Total	498.265.064,15	513.142.672,32	100,00%	



As transferências intragovernamentais referem-se aos recursos financeiros recebidos do Tribunal Superior Eleitoral por meio de sub-repasses. São utilizadas para pagamento das despesas com os servidores, despesas para custear contratos de prestação de serviços, aquisição de materiais de consumo, as despesas para a aquisição

de bens de natureza permanente e pagamento de restos a pagar inscritos. Em suma, destinam-se à execução do orçamento das despesas correntes e despesas de capital motivo pelo qual representam 95,77% de todo recebimento ocorrido durante 2025.

Durante o exercício de 2025, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) homologou a documentação de 26 Fóruns Eleitorais, resultando em sua inclusão no sistema SPIUNET. Em conformidade com as normas contábeis, realizou-se a incorporação desses ativos no montante de R\$ 20.383.928,70 na conta de Imóveis (1.2.3.2.1.01.02), tendo como contrapartida a conta de 'Outras Transferências Recebidas'. Ressalte-se que tal registro representa uma variação patrimonial aumentativa decorrente de incorporação de ativos, sem trânsito financeiro, sendo compensada pela desincorporação proporcional em nota específica de ativos (Nota 22), evitando-se assim a duplicidade de saldos.

Estabelecendo um cruzamento das informações, as transferências intragovernamentais estão também apresentadas no Balanço Financeiro e na Demonstração de Fluxo de Caixa por referirem-se aos ingressos orçamentários e entradas de caixa respectivamente.

Fórum Eleitoral	RIP - Spiunet	Valor
Alto Paraná	7409000035006	807.000,51
Antonina	7421000375000	708.403,95
Assis Chateaubriand	7953000185007	700.370,48
Bela Vista do Paraíso	7453000065000	708.192,93
Campina da Lagoa	7475000075006	650.248,62
Cândido de Abreu	7485000265007	669.786,89
Cantagalo	8451000215000	744.923,53
Cidade Gaúcha	7507000045001	673.332,39
Faxinal	7549000055002	758.850,67
Grarianiaçú	7581000115009	838.639,74
Ibaiti	7589000105009	1.754.830,50
Ipiranga	7603000075001	690.567,31
Jacarezinho	7629000705009	825.596,05
Jandaia do Sul	7635000175004	926.187,12
Joaquim Tavora	7649000075000	693.571,70
Loanda	7663000215001	711.852,76
Manoel Ribas	7681000105000	757.857,83
Marilândia	7433000105007	777.892,58
Nova Londrina	7725000115000	700.543,87
Palmeira	7735000375000	909.814,45
Prudentópolis	7791000105003	559.978,77
Realeza	7805000235008	795.343,26
Rebouças	7807000055006	680.833,45
Saldo do Lontra	7837000035007	805.544,79
Sertanópolis	7905000095008	857.654,38
Tomazina	7929000035002	676.110,17
Total de inclusões no Spiunet/SPU		20.383.928,70

Nota 16 - Valorização de Ganhos c/ ativos e desincorporação de passivos

Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos				
Ano	2025	2024	AV	AH
Ganhos com incorporação de Ativos	35.886,61	23.217.910,74	100,00%	-99,85%
Ganhos com desincorporação de Passivos	0,30	34.488,93	0,00%	-100,00%
Total	35.886,91	23.252.399,67	100,00%	

A conta de "Ganhos com Incorporação de Ativos" apresentou um

montante residual de R\$ 35.886,61 em 2025, representando uma redução de 99,85% em relação ao exercício anterior.

A expressiva variação negativa decorre da natureza extraordinária dos ganhos registrados em 2024. No exercício anterior, o montante de R\$ 22.476.685,20 referiu-se à incorporação de urnas eletrônicas (modelo 2022) fornecidas pela empresa Positivo Tecnologia S/A, cujos custos de aquisição e liquidação foram integralmente assumidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Diferentemente de 2024, o exercício de 2025, por não ser um ano eleitoral, não contou com ciclos de renovação massiva do parque tecnológico de votação ou distribuição direta de novas urnas pelo TSE. Os ganhos registrados no presente exercício limitaram-se a incorporações residuais de bens móveis e ajustes pontuais de inventário.

Ressalte-se que a metodologia de distribuição direta adotada pelo TSE visa a otimização logística e a redução de custos de transporte. O TRE-PR, ao receber tais ativos, procede à regularização patrimonial via SIAFI, transferindo a responsabilidade de liquidação ao órgão central, prática que se reflete como ganho patrimonial no momento da incorporação física do bem ao acervo deste Regional.

Nota 17 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Entre as variações patrimoniais aumentativas estão os recolhimentos advindos das multas eleitorais impostas pelo código eleitoral e leis conexas. São valores que

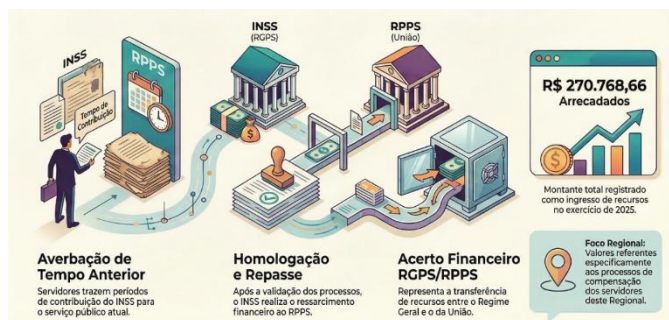
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas				
Ano	2025	2024	AV	AH
Multas	5.205.492,26	3.904.557,84	55,12%	33,32%
Créditos Usina Fotovoltaica	1.963.279,40	1.905.325,03	20,79%	3,04%
Diversos	1.853.253,54	3.536.343,22	19,63%	-47,59%
Compensação entre RGPS/RPPS - Comprev	270.768,66		2,87%	
Restituições	150.345,20	239.057,89	1,59%	-37,11%
Total	9.443.139,06	9.585.283,98	100,00%	

apenas transitam pelas contas contábeis da unidade gestora do TRE-PR visto que seu destino final ser para o Fundo Partidário.

Os registros contábeis relativos aos créditos de energia elétrica, apesar de a liquidação e pagamento da VPD com energia elétrica terem se dado com a exclusão dos créditos gerados pela usina fotovoltaica de Paranaíba, foram registrados em VPD e VPA a geração de energia, estando referida operação adequadamente valorada, tanto em despesa, quanto em receitas, nas demonstrações contábeis apresentadas.

Classificadas como "diversos" estão outros tipos de recolhimentos que da mesma forma transitaram por contas contábeis e foram automaticamente transferidos para o Tesouro Nacional.

No que tange à Compensação entre RGPS/RPPS (Comprev), o montante de R\$ 270.768,66 registrado em 2025 refere-se ao ingresso de recursos decorrentes do acerto financeiro entre o Regime Geral de Previdência Social e o Regime Próprio de Previdência dos Servidores da União. Esses valores representam o ressarcimento de períodos de contribuição averbados por servidores deste Regional junto ao INSS em momentos anteriores ao ingresso no serviço público, cujos processos de compensação foram homologados e repassados no presente exercício.



Já os valores contidos em “restituições” relacionam-se a descontos em folhas de pagamentos dos servidores recolhidos ao Tesouro Nacional por se reportarem a fatos geradores ocorridos em exercícios anteriores.

Nota 18 - Pessoal e encargos

Pessoal e encargos				
Ano	2025	2024	AV	AH
Remuneração a pessoal	257.519.180,44	260.482.675,89	78,89%	-1,14%
Encargos patronais	48.024.202,08	42.800.322,47	14,71%	12,21%
Benefícios a pessoal	20.889.001,10	17.662.126,47	6,40%	18,27%
Total	326.432.383,62	320.945.124,83	100,00%	

A remuneração de pessoal corresponde ao somatório de vencimentos, adicionais, gratificação natalina, entre outras rubricas estabelecidas em lei, decorrentes do pagamento a servidores ativos pelo efetivo exercício do cargo.

Os encargos patronais compreendem as obrigações trabalhistas de responsabilidade do TRE-PR, incidentes sobre a folha de pagamento e contribuições a entidades fechadas de previdência dos servidores vinculados ao RGPS.

Integram o total dos benefícios a pessoal os valores relativos a auxílio alimentação e auxílio transporte.

Atendendo às determinações da Resolução CNJ nº 102/2009 são divulgados no portal da Transparência deste Tribunal os padrões de vencimento/tabela de remuneração dos servidores, o detalhamento da folha de pagamento de pessoal e os valores dos cargos em comissão e funções comissionadas previstos na lei nº 13.317/2016. Os dados estão disponíveis para consulta nos links a seguir:

- Remunerações: [https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/relatorios/resolucao-cnj-n-102-2009/resolucao-cnj-102-2009-anexo-iii-a](https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/relatorios/resolucao-cnj-n-102-2009/resolucao-cnj-102-2009-anexo-iii-a;);
- Detalhamento da folha de pagamento: <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/relatorios/resolucao-cnj-n-102-2009/resolucao-cnj-102-2009-anexo-viii-out-2012> para;
- Cargos em comissões e funções: <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/relatorios/resolucao-cnj-n-102-2009/resolucao-cnj-102-2009-anexo-iii-b>).

Nota 19 - Benefícios previdenciários e assistenciais

A rubrica de aposentadorias corresponde ao somatório dos proventos e gratificação natalina. Seu aumento ocorreu em função de novas aposentadorias no ano de 2025.

Benefícios previdenciários e assistenciais				
Ano	2025	2024	AV	AH
Aposentadorias e reformas	53.515.019,30	49.941.178,84	81,19%	7,16%
Pensões	12.292.154,69	11.644.948,12	18,65%	5,56%
Outros	105.105,42	28.580,31	0,16%	267,75%
Total	65.912.279,41	61.614.707,27	100,00%	

Nota 20 - Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo

Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo				
Ano	2025	2024	AV	AH
Uso de material de consumo	2.590.188,45	4.944.970,59	2,63%	-47,62%
Serviços	75.514.149,48	102.806.008,07	76,60%	-26,55%
Depreciação e amortização	20.483.355,46	16.712.733,57	20,78%	22,56%
Total	98.587.693,39	124.463.712,23	100,00%	

O decréscimo ocorrido em material de consumo e serviços é decorrente do ano de 2025 não ter pleitos eleitorais.

Todos os serviços prestados dão o suporte necessário para a manutenção e

continuidade da principal finalidade da Justiça Eleitoral que é organizar e realizar eleições. Dentro disto os serviços de apoio administrativo e os serviços técnicos profissionais permanecem como os maiores demandantes em execução orçamentária.

Para maiores informações consultar: [Portal da transparência: bens, serviços e consumo](#)

Nota 21 - Transferências e delegações concedidas

O montante de R\$ 5.388.205,79 registrado nesta conta não se caracteriza como saída de recursos do orçamento próprio do Tribunal. Estes valores representam, exclusivamente, o envio ao Fundo Partidário dos valores arrecadados advindos das multas impostas pelo Código Eleitoral e leis conexas, onde o Regional atua apenas como agente arrecadador intermediário.

Nota 22 - Desincorporação de ativos

Durante o exercício de 2025, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) homologou a documentação de 26 Fóruns Eleitorais, resultando em sua inclusão no sistema SPIUNET. Em conformidade com as normas contábeis, realizou-se a incorporação desses ativos.

Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos				
Ano	2025	2024	AV	AH
Perdas involuntárias	48.779,27	3.766,31	0,17%	1195,15%
Desincorporação de Ativos	28.583.211,54	3.919.397,55	99,83%	629,28%
Total	28.631.990,81	3.923.163,86	100,00%	



O Gatilho da Incorporação (SPU)

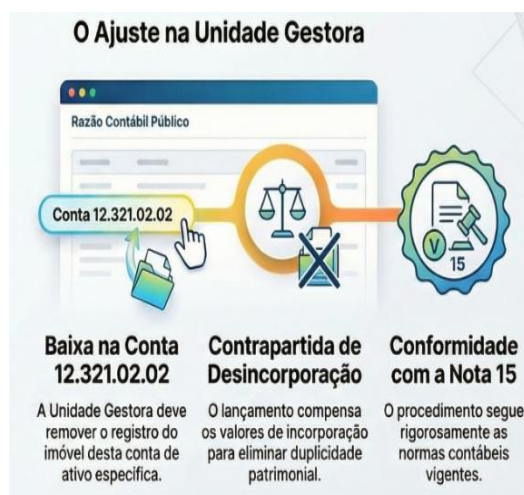
2025: 26 Fóruns Homologados

A SPU validou a documentação e incluiu os ativos no sistema SPIUnet.

Incorporação via SPIUnet

A entrada do bem no sistema gera a necessidade de ajuste contábil imediato.

Para tanto, e conforme as normas contábeis, quando a SPU incorpora patrimônio via SPIUNET a Unidade Gestora que recebe o bem deve efetuar a baixa do imóvel registrado em conta de ativo 12.321.02.02.



O Ajuste na Unidade Gestora

Razão Contábil Pública

Conta 12.321.02.02

Baixa na Conta 12.321.02.02

A Unidade Gestora deve remover o registro do imóvel desta conta de ativo específica.

Contrapartida de Desincorporação

O lançamento compensa os valores de incorporação para eliminar duplicidade patrimonial.

Conformidade com a Nota 15

O procedimento segue rigorosamente as normas contábeis vigentes.

A contrapartida desta baixa é registrada como desincorporação de Ativo. Dessa forma os valores lançados como desincorporação “compensam” os valores lançados como incorporação (vide Nota15). Essa técnica contábil é utilizada para evitar a duplicidade de valores em todas as contas patrimoniais.

Nota 23 - Outras variações patrimoniais diminutivas

Registrou-se neste grupo o valor de indenizações de transporte e residual referente a devoluções de créditos e ajustes operacionais relacionados ao contrato de plano de saúde com a Unimed	Outras variações patrimoniais diminutivas				
	Ano	2025	2024	AV	AH
Indenizações		93.737,55	74.664,95	33,29%	25,54%
Restituições		187.869,48	493.636,63	66,71%	-61,94%
Total		281.607,03	568.301,58	100,00%	

Nota 24 - Resultado Patrimonial do período

Resultado patrimonial do período					O Resultado Patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Diminutivas (VPD), resultou em um déficit de R\$ 17.511.122,58. Conforme detalhado na Nota 12, este resultado reflete a transição para um ano não eleitoral, com a consequente redução de repasses do TSE, e o impacto contábil do saneamento de ativos imobiliários.
Ano	2025	2024	AV	AH	
Resultado patrimonial do período	- 17.511.122,58	17.359.864,27	100,00%	-200,87%	
Total	- 17.511.122,58	17.359.864,27	100,00%		

O Resultado Patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Diminutivas (VPD), resultou em um déficit de R\$ 17.511.122,58. Conforme detalhado na Nota 12, este resultado reflete a transição para um ano não eleitoral, com a consequente redução de repasses do TSE, e o impacto contábil do saneamento de ativos imobiliários.

Ressalte-se que este montante não representa deficiência financeira ou operacional na gestão dos recursos públicos. O déficit é de natureza predominantemente patrimonial e contábil, fruto do rigoroso processo de conformidade e fidedignidade dos registros deste Regional.

Apesar do resultado patrimonial negativo, o Tribunal mantém sua sustentabilidade financeira, conforme demonstrado no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa, que encerrou o exercício com um saldo de caixa robusto de R\$ 3,9 milhões. Tal equilíbrio assegura a manutenção das atividades institucionais e o cumprimento das obrigações de curto prazo para o exercício de 2026.